



Plano de Bairro
**Jardim
Pantanal**

FASE II

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Instituto de Arquitetos do Brasil. Departamento de
São Paulo

Plano de bairro : Jardim Pantanal : fase II /
Instituto de Arquitetos do Brasil. Departamento de
São Paulo, Instituto Alana. -- São Paulo :
Instituto Alana, 2024.

ISBN 978-65-88653-27-2

1. Bairro - Jardim Pantanal - São Paulo (SP)
2. Planejamento urbano 3. Políticas públicas
4. Políticas urbanas I. Alana, Instituto. II. Título.

24-191887

CDD-711.4098161

Índices para catálogo sistemático:

1. Bairros : São Paulo : Cidade : Política urbana :
Urbanismo 711.4098161

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Geral: Joyce Reis Ferreira da Silva e Fábio Marciano de Moraes

Equipe Projeto Urbanizar (Instituto Alana):

Coordenação: Leila Maria Vendrametto

Equipe:

Laís Cristina Malaquias Avelino

Luiz Henrique Gonçalves Nickel

Isabela Minelli D'Ándrea

Comunicação:

Márcia Duarte Costa

Projeto gráfico e diagramação: Edu Maker

Imagem de capa: Edu Maker

Revisão de texto: Patrícia Calazans

Colaboradores:

13ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo

Associação Club de Mães

Associação dos Moradores da Cidade de Deus (AmociDeus)

Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Pantanal (Amojap)

Coletivo CoCriança

Conselho Participativo Municipal Macrorregião Leste 2

Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE)

Enel Distribuição SP

Instituto Aromeiazero

Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper)

Parque Jardim Helena

Pedale-se

Programa Criança e Natureza – Instituto Alana

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp)

Secretaria de Governo

Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias (Sepep)

Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (Siurb)

Secretaria Municipal de Urbanismo e

Licenciamento (SMUL)

Subprefeitura de São Miguel Paulista

UniBairro – MackCidades

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL - DEPARTAMENTO DE SÃO PAULO

Presidência: Raquel Furtado Schenkman Contier

1ª Vice-Presidência: Kaísa Isabel da Silva Santos

2ª Vice-Presidência: Victor Piedade de Próspero

Diretoria Financeira: Alberto Abreu Machado e Ilan Szklo (Adjunto)

Diretoria-Executiva: Gustavo Madalosso Kerr, Leonardo Rafael Musumeci (Adjunto) e Bruna Bacetti Sousa (Adjunta)

Diretoria de Cultura: Renato Luiz Sobral Anelli, Francine Ribeiro de Moura (Adjunta) e Benjamim Motta Saviane (Adjunto-Acervos)

Diretoria de Formação e Difusão: Amália Cristovão dos Santos e Paola Trombetti Ornaghi (Adjunta)

Diretoria de Relações Institucionais e Parcerias:

Leandro Fontana e Sheroll Martins Silva (Adjunta)

Diretoria de Políticas Profissionais: Thamires

Mendes dos Santos e Camila Guerreiro Reis

(Adjunta)

Diretoria de Políticas Públicas e Relações

Institucionais: Joyce Reis Ferreira da Silva e

Mariana Pinheiro de Carvalho (Adjunta)

Diretoria de Comunicação e Programação:

Audrey Caroline Anacleto de Lima

Diretoria de Ação Regional: Denise Martins

Correa, Lucas Chiconi Balteiro (Adjunto) e Denis

Ferri da Silva (Adjunto)

Conselho Fiscal: Tamires Carla de Oliveira, Rafael

Mielnik e Júlia Reis

INSTITUTO ALANA

Presidente

Ana Lucia de Mattos Barretto Villela

Vice-Presidentes

Alfredo Egydio Arruda Villela Filho

Marcos Nisti

Diretoras-Executivas

Flavia Doria

Isabella Henriques

Diretora-Executiva de Operações

Marisa Ohashi

Tesoureiro

Daniel Costa

Diretor Administrativo-Financeiro

Carlos Vieira Júnior

Diretora de Estratégia de Comunicação

Fernanda Flandoli

Diretora de Articulação e Expansão

Mariana Mecchi

Diretor de Políticas e Direitos das Crianças

Pedro Hartung

Diretora de Pessoas e Cultura

Renata Lirio



Iniciamos este texto de abertura do caderno que inaugura a FASE II do Plano de Bairro do Jardim Pantanal afirmando que a cidade deve ser de todas e de todos para que vivam, acessem, experienciem e desfrutem com dignidade.

Similar ao processo de urbanização do bairro, este caderno foi construído a muitas mãos. A força na amorosidade e a resiliência dos moradores e lideranças comunitárias trouxeram um olhar cuidadoso e realista para os desafios e infinitas possibilidades de transformação do bairro. O olhar técnico e o poder de síntese do IABsp nos guiaram na elaboração da metodologia, redação dos textos e confecção dos mapas. A entrega, o suor, a competência e o cuidado da equipe do Urbanizar, do Instituto Alana, foram o combustível fundamental para que essa receita desse certo.

Todo esse processo de discussão sobre o bairro do Jardim Pantanal e consolidação das ideias é uma conquista coletiva e deve ser usado como um instrumento que contribua para a efetivação do direito à cidade. Aqui, estão materializados sonhos, que foram compartilhados ao longo desses anos de luta, trazendo uma continuidade à FASE I e direcionando maneiras e estratégias de garantir que se tornem realidade.

Assim, este caderno é, de fato, um chamado para a ação. Estamos muito animados para começar mais esta etapa na história do bairro.

Boa leitura e boas anotações.

Equipe Urbanizar

Isabela, Laís, Leila e Luiz

“O Plano de Bairro trouxe para nós da comunidade periférica a visão de que também podemos ter um ônibus circulando dentro da nossa comunidade, de que podemos ter ciclofaixas espalhadas pela nossa comunidade. Mostrou que sempre podemos chegar mais longe. Mostrou para nós nossos deveres, obrigações e também os nossos direitos. Mostrou que a periferia está mais do que pronta para evoluir.

O Plano de Bairro deu oportunidade de outras pessoas se inspirarem em fazer acontecer nas comunidades periféricas, trouxe acessibilidade, nos deixou mais perto do poder público e mostrou que temos voz, dando a possibilidade de lutarmos pelo que é nosso de direito.

O Plano de Bairro abriu caminhos, ampliou a visão. Ele é necessário e essencial.

Obrigada a todos os envolvidos e que venham as próximas fases do nosso Plano de Bairro.”

Raissa L. Silva

Liderança comunitária jovem e 1ª secretária da Associação de Moradores e Amigos do Jardim Pantanal (Amojap)



“O Plano de Bairro trouxe uma visão mais ampla para nós que moramos no bairro, e não somente do Jardim Pantanal, mas também os bairros vizinhos. Ele nos trouxe uma luz sobre como podemos viver em nosso território. Então, para nós, o Plano de Bairro foi muito bom.

Para mim, ele é uma ferramenta muito importante porque nos ajudou a fazer um trabalho com a comunidade, chamou a comunidade para estar mais próxima e dar suas próprias ideias. Nessa expectativa da regularização fundiária, ele nos trouxe um horizonte para podermos morar numa área como esta.

O Plano de Bairro foi fundamental. A comunidade se achegar e conhecer como podemos viver, a questão da educação ambiental que foi muito bem esclarecida... O Plano nos trouxe maior expectativa de viver num lugar como este aqui, que é uma área de preservação ambiental. E a Amojap sempre esteve presente em todos esses trabalhos para ajudar a comunidade e todos nós a vivermos melhor.”

Reginaldo Pereira

Presidente da Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Pantanal (Amojap)

“A Quebrada, local multidiverso, com grandes potências e inúmeros problemas. A partir dessa definição, podemos pensar como o Plano de Bairro pode ajudar, propor melhorias e proporcionar fluxo e conexão de pessoas e instituições. Nas demandas estava o tema da mobilidade, que era pauta importante, mas não só para o deslocamento, mas também para o lazer, a saúde, a atividade física e, sobretudo, o direito à cidade.”

Rogério Rai

Idealizador do Pedale-se, projeto que promove passeios ciclísticos na periferia articulando história e ciclismo.



“Dizer que somos comunidade unida
É muito pouco para tanta gente.
Somos mais que todos juntos,
Somos mesmo diferentes.
Fazer valer nossa união
Mudou nossa vida e nos encheu de orgulho.
Projetamos um ‘Plano de Bairro’ para enfeitar e fortalecer nossa lida.
Falamos do Jardim Pantanal,
Bairro distante, beirando o rio Tietê, gigante.
Que, caminhando com pés de barro,
Criou o seu próprio ‘Plano de Bairro’.”

Sônia Maria Ferreira

Moradora do Jardim Pantanal desde 1984, assistente social de formação e trabalhou na Sabesp com atendimento às famílias beneficiadas com as obras de regularização de água e esgoto do Jardim Pantanal.

O Plano de Bairro é um instrumento de planejamento urbano que possibilita unir o conhecimento técnico ao saber empírico do território. Instituído pela lei municipal (Lei nº 16.050/2014) do Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo, ele é capaz de somar duas forças, que, juntas, podem alcançar a transformação que se espera para um território como o Jardim Pantanal. Um território que possui muitas carências, mas que são vencidas dia após dia através da participação social da comunidade.

Foi a partir dessa potência, que o Instituto de Arquitetos do Brasil – departamento de São Paulo se inspirou para contribuir, através de ferramentas e metodologias participativas, com a mudança tão desejada pelos moradores do território. Foram meses de articulação comunitária, oficinas e agendas institucionais, que resultaram neste material que expressa o verdadeiro sentido de que “a união faz a força”. Um caderno que compõe um Plano de Ações Integradas para materializar essa transformação que o Jardim Pantanal tanto necessita e deseja, entendendo que a integração é a chave! E que essas ações precisam acontecer de maneira articulada junto à comunidade.

Dessa forma, queremos que este caderno seja apropriado por todos os envolvidos na realização das melhorias no Jardim Pantanal. Ele foi pensado e desenvolvido para ser algo prático, que inspire a busca coletiva por soluções tão latentes e desejadas. Por isso, conheçam as ações no tempo, saibam o que já está acontecendo no território e o que ainda virá, acompanhem, incidam nas decisões e monitorem as intervenções previstas. Afinal, a participação social só é efetiva quando todos se envolvem.

Fábio Moraes e Joyce Reis

Instituto de Arquitetos do Brasil- departamento de São Paulo

Sumário

1	CONSTRUINDO O PLANO DE BAIRRO	
	Trajectoria de elaboração e início das conquistas	13
	1.1 O que é o Plano de Bairro.....	14
	1.2 Participação social	14
	1.3 Então, por que é interessante a sociedade civil fazer um Plano de Bairro?.....	15
	1.4 Como nos organizamos?.....	15
	1.5 O processo de construção do Plano de Bairro	16
	1.6 Linha do tempo das atividades realizadas.....	17
2	PLANO DE AÇÃO DE URBANIZAÇÃO INTEGRADA	
	O que decidimos como prioridade para o território	21
	2.1 Visão integrada.....	22
	Mobilidade urbana	23
	Espaços públicos.....	28
	Meio ambiente.....	34
	Infraestrutura urbana	36
	Habitação.....	48
	2.2 Definindo prioridades: em andamento, curto, médio e longo prazos.....	53
	2.3 Descrição do Plano de Ação Integrada.....	54
	Ações prioritárias.....	55
	Ações de curto prazo.....	60
	Ações de médio prazo.....	62
	Ações de longo prazo.....	65
	2.4 Onde estão localizadas as ações prioritárias	65
3	PROGRAMA DE AÇÕES DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
	Queremos melhorias sociais e territoriais	67
	3.1 O que são ações de cidadania e desenvolvimento social?	68
	3.2 Por que fazer ações de cidadania e desenvolvimento social?.....	68
	3.3 Veja as ações de cidadania e desenvolvimento social.....	69
4	ESTRATÉGIAS DE GOVERNANÇA	
	Como continuar a conquista das ações previstas	75
	4.1 O que são políticas, programas e projetos públicos	76
	4.2 Teoria da Mudança	77
	4.3 Governança.....	80
	4.4 Como implementar as ações previstas.....	82
	4.5 Instituir o Conselho Gestor de ZEIS.....	84
	4.6 Monitoramento.....	85
	4.7 Impacto no território.....	86
5	MINUTA DE APROVAÇÃO DO PLANO DE BAIRRO	
	Garantindo o reconhecimento do Plano de Bairro	87
	5.1 O que é?	88
	5.2 Por que fazer?.....	88
	5.3 Como fazer?.....	88
6	DETALHAMENTO DAS AÇÕES INTEGRADAS	
	Fichas de Ação do Plano de Bairro	89
	6.1 Conhecendo as fichas	92
	6.2 Espaço para anotações	92
	6.3 Ata de reuniões	92

Siglas e Abreviaturas

AMOJAP - Associação de Moradores e Amigos do Jardim Pantanal	ONU - Organização das Nações Unidas
APA - Área de Proteção Ambiental	OSC - Organização da Sociedade Civil
APP - Área de Preservação Permanente	PDE - Plano Diretor Estratégico
APRA - Área Prioritária de Recuperação Ambiental	PMSP - Prefeitura Municipal de São Paulo
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural	PN - Parque Naturalizado
BIA - Bienal Internacional de Arquitetura	POT - Programa Operação Trabalho
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	PPA - Plano Plurianual
CAE - Casa de Agricultura Ecológica	PROUNI - Programa Universidade para Todos
CCSP - Centro Cultural São Paulo	REURB-S - Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social
CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano	SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
CET - Companhia de Engenharia de Tráfego	SbN - Soluções baseadas na Natureza
CGM - Controladoria-Geral do Município	SDUH - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação
CMPU - Conselho Municipal de Política Urbana	SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação
COMDEC - Coordenadoria Municipal de Defesa Civil	SEI - Sistema Eletrônico de Informação
COMPAZ - Centro Comunitário da Paz	SEME - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
CPM - Conselho Participativo Municipal	SEPEP - Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social	SGM - Secretaria de Governo Municipal
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social	SIURB - Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras
DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica	SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
DFCS - Divisão de Fomento ao Controle Social	SMT - Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito
DOM - Diário Oficial do Município	SMUL - Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento
EEE - Estação Elevatória de Esgoto	SPTrans - São Paulo Transporte S/A
EPT - Engenharia e Pesquisas Tecnológicas	SPUrb - São Paulo Urbanismo
FUNDURB - Fundo de Desenvolvimento Urbano	SVMA - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
HIS - Habitação de Interesse Social	TSEE - Tarifa Social de Energia Elétrica
IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil	UBS - Unidade Básica de Saúde
INSPER - Instituto de Ensino e Pesquisa	VAI - Valorização de Iniciativas Culturais
LAI - Lei de Acesso à Informação	WRI - World Resources Institute
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias	ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social
LOA - Lei Orçamentária Anual	
ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	
ONG - Organização Não Governamental	



O Plano Emergencial e a FASE I do Plano de Bairro do Jardim Pantanal foram importantíssimos para pensarmos com a comunidade quais soluções queremos para o nosso bairro. Por meio de reuniões, oficinas e visitas no território, coletamos informações essenciais para entender as demandas que o Jardim Pantanal e seus moradores exigem. E, então, pensar possíveis soluções que contribuam para o desenvolvimento socioterritorial do bairro.

A FASE II é o momento em que a gente dá mais um passo diante da transformação social que queremos para o nosso território. Nela, definimos ações prioritárias, que são aquelas consideradas mais essenciais pela comunidade e também aquelas possíveis de serem realizadas pelos órgãos responsáveis. Por isso, é muito importante que essas ações atendam ao maior número de moradores e que sejam estruturantes para o território.

Dessa forma, ao pensar em detalhamento e prioridades, optamos por articular com outras demandas, como as de drenagem (enfrentando as dificuldades nas ruas que mais sofrem com alagamentos, por exemplo), as ruas que dão acesso ou estão próximas a equipamentos públicos (escolas e postos de saúde), além das áreas que não têm urbanização adequada e necessitam de investimentos, como a região próxima ao Rio Tietê, que foi identificada como ruas a serem requalificadas.

A partir dessa priorização, a implantação das infraestruturas no território formariam uma estrutura ligada aos principais eixos de mobilidade, como as estações de trem e terminais de ônibus, de modo a qualificar o deslocamento cotidiano da população em função dos principais usos e demandas da população. Tudo isso se dará por meio deste caderno, que construímos coletivamente usando ferramentas e metodologias de implementação e monitoramento das ações prioritárias para o Jardim Pantanal. Ele servirá para você buscar mudanças, compartilhar informações e, sobretudo, propor, articular e cobrar as transformações que a comunidade tanto necessita e anseia.

Boa leitura!



Construindo o Plano de Bairro

Trajetória de elaboração
e início das conquistas

1.1 O que é o Plano de Bairro?

O Plano de Bairro é um instrumento de planejamento urbano que estimula a participação da população na construção de ações e propostas de melhoria do seu bairro. O Plano busca organizar e articular várias necessidades e propostas para apresentá-las de forma conjunta aos órgãos públicos e, assim, conseguir transformar positivamente o bairro.

A prefeitura é responsável por coordenar e fomentar sua elaboração com a finalidade de fortalecer o planejamento e o controle social local, promovendo então melhorias urbanísticas, ambientais, paisagísticas e habitacionais na escala local por meio de ações, investimentos e intervenções previamente programadas. Para mais informações, veja o Título IV, Capítulo V, Seção III do Plano Diretor Estratégico de São Paulo (PDE-SP).

A prefeitura também é responsável por promover as melhorias urbanas, ambientais, paisagísticas e habitacionais na escala local por meio de ações, investimentos e intervenções previamente programadas. Além disso, deve apoiar a execução e elaboração de Planos de Bairro como forma de aperfeiçoar o planejamento urbano territorial, envolver a sociedade civil nos processos de transformação da cidade e incentivar o controle social local.

1.2 Participação social

1.2.1 Importância

A participação social é, entre outras definições, uma ferramenta de desenvolvimento de cidades mais justas e inclusivas, nas quais o envolvimento e o engajamento de pessoas nas atividades coletivas locais possibilitam a construção de projetos, programas e políticas públicas mais eficientes, considerando múltiplos olhares com potencial para beneficiar mais pessoas, além de ser um direito de todos.

1.2.2 Objetivos da FASE II: validar, demarcar e priorizar

Durante a Fase I do Plano de Bairro, a comunidade identificou diversas ações que precisam ser executadas no território, como obras de drenagem e pavimentação. Nesta etapa, é necessário validar as propostas levantadas com a população e Grupos de Trabalho (GTs), adequá-las às obras previstas e em andamento, além de estabelecer uma ordem de prioridades. Isso possibilitará ao poder público uma maior objetividade na implementação das ações previstas, integração dos projetos e otimização do tempo de obras.

É preciso que os moradores do bairro continuem participando do processo de identificação das áreas que precisam de ações e apoiando na integração das propostas já realizadas. Assim, a expectativa é que as pessoas estejam cada vez mais capacitadas para cobrar dos órgãos públicos responsáveis pela execução das ações.

Então, por que é interessante a sociedade civil fazer um Plano de Bairro?

1.3

A construção coletiva desse instrumento visa não só construir um plano condizente com as reais demandas da comunidade, mas também capacitar e articular os moradores para entender, diagnosticar, sugerir e conquistar as melhorias necessárias ao território. Um plano feito e reconhecido pelos moradores tem muito mais força que um plano pensado por pessoas que não vivem no bairro nem lidam diariamente com seus desafios, como é o caso de muitos dos governantes que pensam e produzem políticas públicas. Conhecer, articular as vontades da comunidade, planejar e otimizar a aplicação dos investimentos públicos permitem soluções mais eficientes e duradouras, além de trazer melhores resultados a toda a população, sendo possível atender de forma assertiva e qualitativa os mais vulnerabilizados.

Como nos organizamos?

1.4

1. PLANO DE URBANIZAÇÃO INTEGRADA

O que decidimos como prioridade para o território

Este capítulo contém as principais ações territoriais, urbanas e ambientais previstas para o Jardim Pantanal. São tanto ações propostas pela comunidade quanto ações previstas ou em execução pelo poder público. Estão organizadas em mapas e em quadro síntese disponível na página 90, organizado em função do tempo.

2. PROGRAMA DE AÇÕES DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Queremos melhorias sociais e territoriais

Além das estratégias territoriais, reunimos ações que podem contribuir para o acesso a direitos sociais básicos, como educação, saúde, cultura, emprego e renda, que promovem o crescimento econômico, o bem-estar da população e a redução das desigualdades socioterritoriais. Assim, a comunidade se fortalece ainda mais na medida em que o bairro melhora.

3. ESTRATÉGIAS DE GOVERNANÇA

Como continuar a conquista das ações previstas

Neste item, reunimos as principais ferramentas para entender como seguir conquistando as melhorias necessárias e propondo novas ações. O sucesso do Plano depende da ampliação e fortalecimento da cidadania, do conhecimento sobre direitos e do funcionamento e incidência junto aos órgãos públicos, além do engajamento, articulação e participação popular.

4. MINUTA DE APROVAÇÃO DO PLANO DE BAIRRO

Garantindo o reconhecimento do Plano de Bairro

A fim de que a prefeitura reconheça o Plano de Bairro do Jardim Pantanal, desenvolvemos um rascunho em forma de texto jurídico para que a comunidade possua um instrumento oficial e tenha meios para exigir ações concretas do poder público, como, por exemplo, pleitear recursos nos Conselhos Gestores dos fundos públicos. Queremos que o plano de ação contribua na definição e integração de investimentos setoriais a partir de uma construção feita com a população. Saiba mais sobre o que é, por que fazer e como aprová-la.

1.5 O processo de construção do Plano de Bairro

Na FASE I do Plano de Bairro do Jardim Pantanal, por meio de reuniões e oficinas participativas com os moradores e seus principais atores-chave (conselheiros, representantes, lideranças comunitárias e de associações de bairro), elaboramos um conjunto de propostas e possibilidades de transformação do território.

Nesta FASE II foi construído um plano de ações, validado e priorizado pela comunidade, levando em consideração cada um dos temas discutidos: mobilidade e espaços públicos, orçamento cidadão, meio ambiente, infraestrutura e reurbanização, ações sociais e geração de emprego e renda.

As ações de melhoria foram articuladas e integradas de acordo com sua prioridade. Neste processo, foram identificados os percursos necessários para colocar em prática as transformações pensadas na FASE I e mostrar ao poder público os desejos da comunidade para o bairro. **Vale dizer que já tivemos algumas conquistas realizadas, ou seja, a implementação do que a comunidade deseja já começou a acontecer e um exemplo disso é que durante a elaboração da FASE II vimos a execução das obras de abastecimento de água e saneamento básico em toda a comunidade.** Outras ações também já estão sendo debatidas junto à prefeitura e ao governo do Estado e contribuirão para a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

O resultado desse processo está neste caderno, que consiste num levantamento de ações, projetos, programas e políticas públicas organizados em função da prioridade e possibilidade de realização atrelados aos custos, origem de recursos e prazos de implementação.

Mais do que nunca, a participação ativa de toda a comunidade continuará sendo essencial para seguir colocando em prática tudo aquilo pensado, discutido e sugerido pelos moradores.



Leia o relatório da FASE I apontando sua câmera para o QR Code ao lado.



Linha do tempo das atividades realizadas

1.6

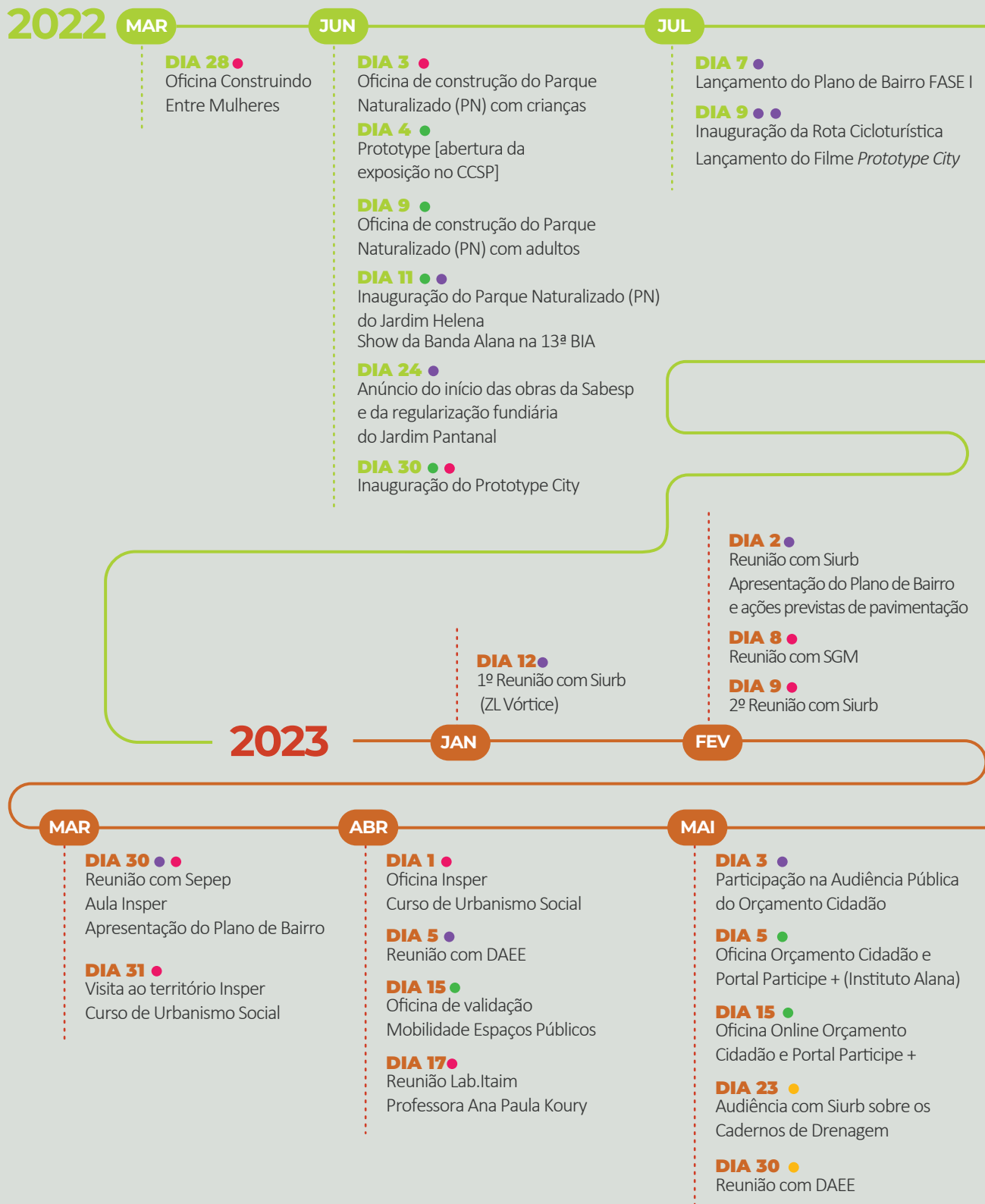
A trajetória de construção da FASE II contou com oficinas junto à comunidade e principalmente com reuniões com as secretarias da prefeitura de São Paulo para levantar os programas, projetos possíveis para a região do Jardim Pantanal, bem como avaliar as possibilidades de novos investimentos na região.

Em resumo, buscamos interagir com órgãos ligados à provisão de infraestrutura (tais como drenagem), bem como melhorias urbanísticas próximas aos equipamentos de educação. Por isso, foram realizadas reuniões com a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (Siurb) e com a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), por exemplo.

Veja a seguir todas as atividades e órgãos públicos envolvidos que estão planejando alguma intervenção no território.

LINHA DO TEMPO

DAS ATIVIDADES REALIZADAS



LEGENDA

● Atividade com presença do Instituto de Arquitetos do Brasil, departamento de São Paulo (IAB-SP)

● Atividade com Comunidade

● Atividade do Alana com Governo

● Atividade Pública com Governo

Veja como estamos construindo essa trajetória!

OUT

DIA 18 ●
Reunião com SMUL

DIA 26 ●
Prototype ganha o 9º Prêmio de Educação em Direitos Humanos da SMDHC

NOV

DIA 10 ●
Reunião com SMUL

DIA 23 ●
Visita da SMUL ao território

DIA 29 ●
Oficina Mobilidade e Espaço Público

DEZ

DIA 3 ●
Lançamento FASE I para a comunidade

DIA 12 ●
Oficina 2 Mobilidade e Espaços Públicos

DIA 1 ● ●
Reunião com Sabesp/Vita Ambiental
Oficina Infraestrutura e Meio Ambiente (Igreja)

DIA 7 ●
Prestação de contas Sabesp

DIA 6 ●
Reunião com Sepep

JUN

DIA 11 ● ●
Inauguração do Parque Naturalizado do Jardim Helena
Show da Banda Alana na 13ª BIA

DIA 30 ●
Reunião com DAEE

JUL

DIA 12 ●
Visita da Sehab ao Jardim Pantanal

DIA 18 ●
Reunião com Damaris (nova sub.)

DIA 19 ●
Visita Sepep

AGO

DIA 1 ●
Reunião com DAEE

DIA 2 ●
Reunião de alinhamento para visita técnica

DIA 3 ●
Reunião com Sepep

DIA 8 ●
Visita da equipe de obras da EPT - Microdrenagem

DIA 11 ●
Visita técnica da equipe EPT

DIA 15 ●
Audiência na Siurb sobre o Plano Municipal de Drenagem

SET

DIA 4 ●
Reunião com Sepep e Sehab

DIA 5 ●
Visita na Comdec do Município de São Paulo

DIA 13 ●
Reunião com Subprefeitura de São Miguel

DIA 15 ●
Visita da equipe de obras da EPT - Microdrenagem

DIA 11 ●
Audiência na Siurb sobre o Plano Municipal de Drenagem

OUT

DIA 21 ●
Círculo Urbano da ONU Habitat 2023



2.

Plano de ação de urbanização integrada

O que decidimos como
prioridade para o território

2.1 Visão integrada

Um dos principais desafios para a realização de projetos e ações de planejamento urbano que promovam o desenvolvimento social nas cidades é a integração entre os diversos setores que compreendem a gestão pública. Abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, pavimentação das ruas com sistemas de drenagem para captação de água das chuvas, melhoria e criação de espaços públicos são ações que, se realizadas articuladamente, têm o poder de resolver muitos dos problemas da comunidade.

Integrar as ações significa prever o que influencia em cada uma das políticas e que pode impactar no sucesso ou dificuldade das obras a serem realizadas. A integração visa otimizar o investimento público e trazer melhorias significativas para a comunidade.

Por isso, utilizando o Plano de Bairro como ferramenta para fazer essa integração entre os temas, pensamos como cada ação pode impactar não somente a sua área de origem, mas também outras áreas que possam estar envolvidas com o seu resultado.

Nas ações integradas previstas para o Jardim Pantanal, prevemos articulação principalmente entre ações de:



As ações propostas estão organizadas em intervenções estruturadoras (de mobilidade e infraestrutura) para o território, bem como indicação de melhorias necessárias (habitacionais, ambientais, de espaços públicos etc.) para qualificação de regiões dentro do bairro.

A partir dos desejos e propostas da FASE I, buscamos validar, priorizar e demarcar no território as propostas de cada um dos temas, tentando sempre estabelecer a relação entre elas. A seguir são apresentadas as diretrizes temáticas que orientaram a definição de cada ação.

Mobilidade urbana



Dando continuidade à FASE I, identificamos no território as principais propostas da comunidade e levantamos as possibilidades de execução junto a programas públicos em curso, principalmente da prefeitura. A partir desse levantamento, validamos junto à comunidade e priorizamos as propostas de mobilidade, cruzando-as com outras temáticas de urbanização do território (drenagem, meio ambiente, espaços públicos e uso do solo).

A seguir estão elencadas as diretrizes organizadas por subtemas ligados à mobilidade e que contribuirão para a definição das ações prioritárias abordadas mais adiante.

- **Definição de tipologias de ruas**

Para aprimorar e delimitar as ações voltadas ao transporte coletivo e aos pedestres previstas na FASE I, levantamos os percursos e trajetos realizados e a largura e conexão no interior do bairro e identificamos as ruas com nivelamento necessário. Buscamos verificar a possibilidade de convivência entre tipos de transportes, demarcando propostas de ruas compartilhadas e com a presença de cursos d'água.

- Ruas estruturais com circulação de ônibus existente: necessidade de separação da calçada e adequação para circulação de veículos; necessidade de nivelamento em função de alagamentos; largura suficiente para implantação de Soluções baseadas na Natureza (SbN);

- Ruas com tráfego moderado, com possibilidade de transporte coletivo de menor porte (miniônibus): necessidade de tratamento do passeio público para compartilhamento da via; necessidade de sinalização viária; convívio com outros meios de transporte; trechos com largura suficiente para implantação de SbN;

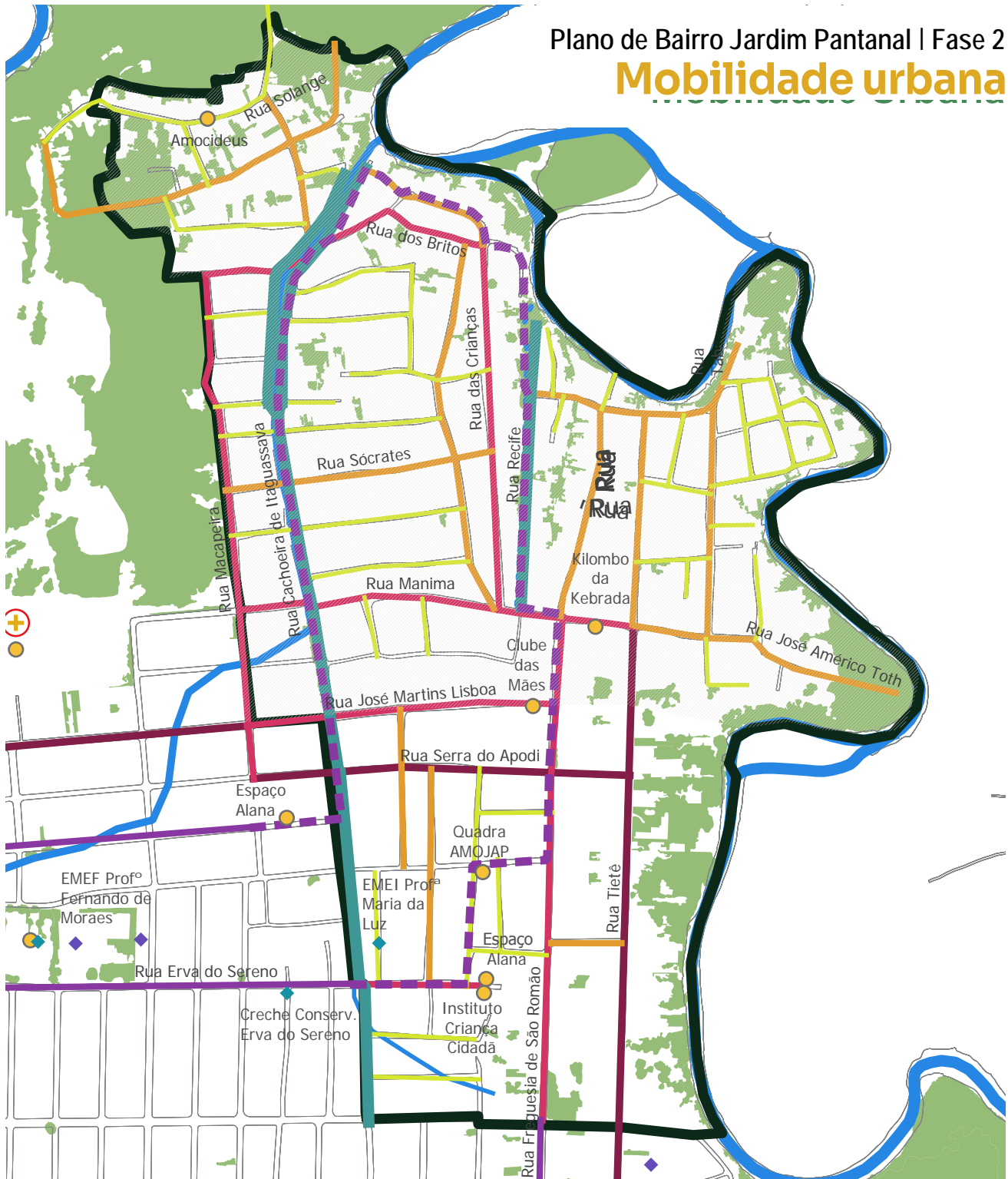
- Ruas estreitas com conexão (auxiliam na estruturação local), conectam aos pontos de interesse ambiental: necessidade de tratamento do passeio público para compartilhamento da via; possibilidade de implantação de SbN no sistema de drenagem e arborização viária;

- Ruas estreitas sem conexão: necessidade de acalmamento de tráfego; possibilidade de utilização como espaços públicos e implantação de SbN e arborização viária;

- Ruas estruturais com presença de curso d'água: necessidade de redução do tráfego de veículos devido à fragilidade do solo à beira do córrego; necessidade de nivelamento em função de alagamentos; tratamento do passeio público voltado ao pedestre e ciclovia; largura suficiente para implantação de SbN (verdes e azuis).

Plano de Bairro Jardim Pantanal | Fase 2

Mobilidade urbana



Ações para melhoria da Mobilidade Urbana

Rede cicloviária a implantar

- Ciclovía a implantar dentro do perímetro
- Ciclovía a implantar fora do perímetro

Tipologia viária proposta (pedestres e transporte coletivo)

- Ruas com presença de curso d'água
- Ruas estreitas com conexão (ruas compartilhadas)
- Ruas estreitas sem conexão (ruas compartilhadas)
- Ruas com tráfego moderado (possibilidade de miniônibus)
- Ruas estruturais (onde já circulam ônibus)

- Ruas a requalificar (não pavimentadas)
- Estacionamentos comunitários
- Pontos de automóveis compartilhados
- ◆ Rede Pública Educação
- Centros de Referência
- Perímetro Jd Pantanal
- Quadra Viária
- Hidrografia
- Áreas verdes

0 50 100 m

Elaboração: Joyce Reis, Fábio Moraes - IAB-SP
Fonte: Geosampa + Levantamento comunitário

- **Validação da rede cicloviária**

As tipologias de ruas ajudaram na reformulação da proposta de rede cicloviária da fase anterior, em função das obras em execução, largura da via e convívio com outros meios de transporte de forma a garantir a segurança de todos os usuários. Optamos por utilizar ruas com presença de cursos d'água para aproximar a mobilidade ativa (deslocamento a pé, bicicleta, skate etc.) com o meio ambiente.

- **Diretrizes para as rotas escolares seguras**

Mantivemos a proposta de qualificar o entorno das escolas dada a intensidade de utilização (representado por um raio de 600 metros), mas enfatizamos a necessidade de qualificação dos percursos dentro do bairro para atender moradores que estão distantes dos equipamentos existentes (incluindo a proposta de mais escolas no bairro, que, inclusive, podem estar localizadas nesses eixos). Para isso, as ruas com presença de cursos d'água, por onde já são feitos os principais trajetos pelas mães e crianças, têm potencial também para a criação de espaços públicos e relação com a natureza e com soluções de acalmamento de tráfego.

Fique sabendo

No início de 2023 o Instituto Alana enviou à Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito (SMT) de São Paulo uma carta reunindo alguns pedidos com base no que foi levantado pelo Plano de Bairro (Processo SEI n.º 6022.2023/0001900-4). Até o momento da elaboração deste caderno, a SPTrans e a CET se manifestaram com relação aos pedidos dizendo que poderão avaliar novamente quando forem realizadas as obras de melhorias de infraestrutura, microdrenagem e pavimentação que já estão sendo projetadas via Siurb e São Paulo Urbanismo (SPUrb).



Saída escolar de mães com crianças, percurso a pé e de bicicleta. Foto: Joyce Reis

Você sabia que temos uma ciclorrota turística?

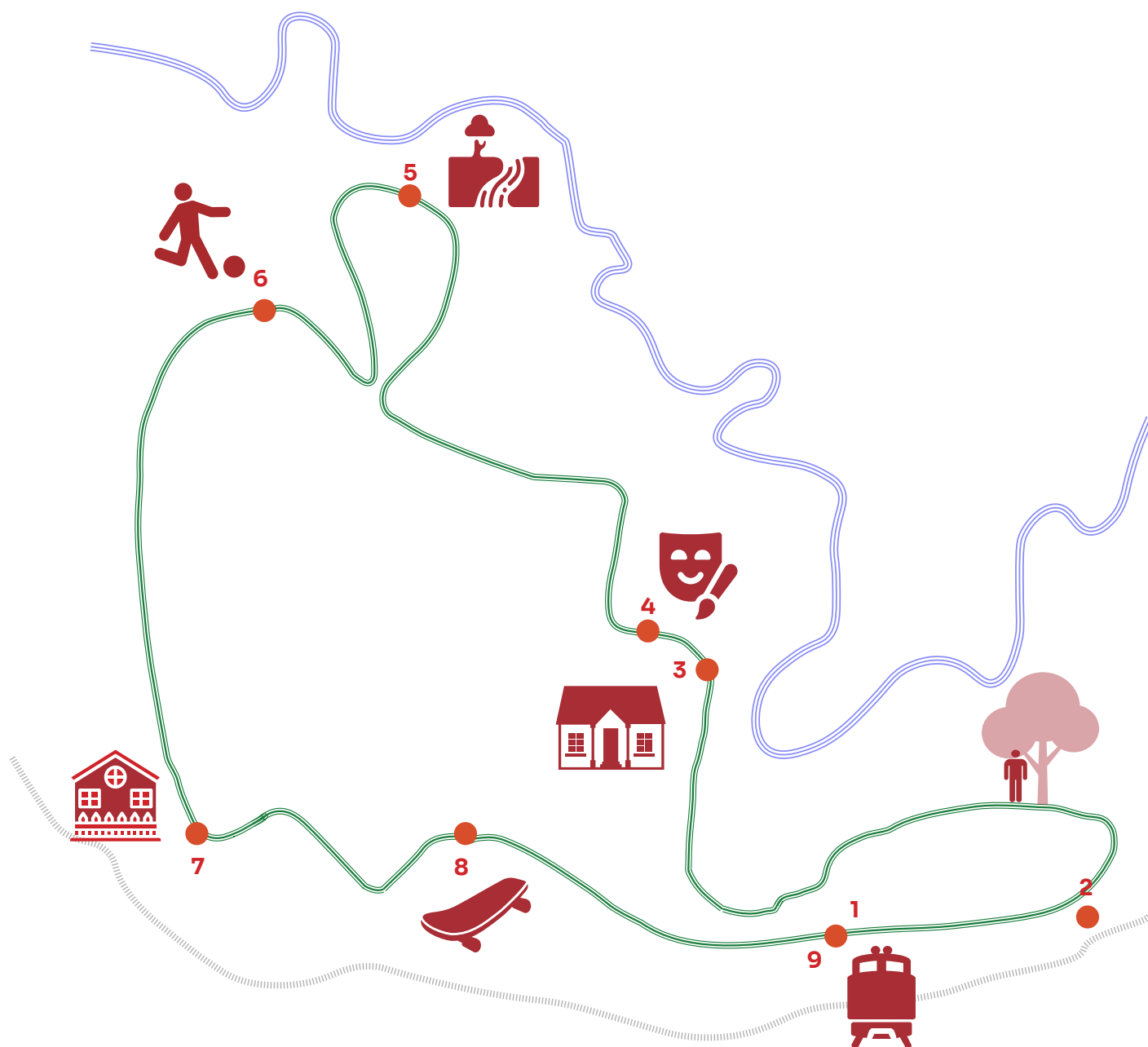
A Ciclorrota Turística e Ambiental para o fortalecimento da mobilidade ativa no Jardim Pantanal foi uma iniciativa do Projeto Urbanizar e organizada pelo Pedale-se, uma empresa de cicloturismo urbano que atua nas periferias da Zona Leste de São Paulo e tem como objetivo valorizar os territórios e suas histórias, fortalecer as comunidades locais e incentivar reflexões críticas sobre os espaços culturais e ambientais da cidade. A ciclorrota foi inaugurada juntamente com o lançamento da FASE I do Plano de Bairro no evento da 13ª Bienal Internacional de Arquitetura (BIA). No decorrer da FASE II, ela ganhou um segundo percurso, que acontece no Parque Jardim Helena e é voltado para crianças. Em 2023 ocorreram três edições que foram impulsionadas pelo Instituto Alana no território, nas seguintes datas:

- 26/03/2023: edição com a rota inicialmente proposta;
- 22/07/2023: edição especial para as crianças com mediação de leitura;
- 28/10/2023: edição ciclorrota reduzida dentro do Núcleo de Lazer do Jardim Helena (vivência sem carros).

Fotos: Pedale-se via Monomito e Yuri Vasquez



Trajetos da Ciclorrota Turística e Ambiental do Jardim Pantanal: do colonial ao contemporâneo



1. Estação Itaim Paulista

Rua Cordão de São Francisco – Jardim Helena, São Paulo – SP, 08190-000

2. Primeiro Morador da região

Praça Valdomiro Macena Farias – Vila Itaim, São Paulo – SP, 08190

3. Casa Colonial

Estr. da Biacica, 756 – Vila Seabra, São Paulo – SP, 08180-370

4. Instituto Alana

R. Erva do Sereno, 642 – Jardim Pantanal, São Paulo – SP, 08180-010

5. Parque Jardim Helena – Várzea do Rio Tietê

R. Kumaki Aoki, 1390 – Jardim Helena, São Paulo – SP, 08090-370

6. CDC esportes de quadra

R. Kumaki Aoki – Jardim Helena, São Paulo – SP, 08090-620

7. Estação Jardim Helena/Vila Mara e Casarão

R. São Gonçalo do Rio das Pedras – Vila Mara, São Paulo – SP, 08115

8. Arte e Cultura na Kebrada

R. Jacarandá Rosa, 250 – Jardim Maia, São Paulo – SP, 08180-240

9. Estação Itaim Paulista – ponto inicial/final

Rua Cordão de São Francisco – Jardim Helena, São Paulo – SP, 08190-000



Espaços públicos

Embora os ambientes abertos dentro do bairro sejam escassos para a criação de espaços públicos, há diversas possibilidades e potencialização de locais existentes. Como vimos na FASE I, as ruas são muito utilizadas pela comunidade, sendo preciso pensar no tratamento para absorver essa demanda compartilhando usos, tais como bicicleta, skate e até automóveis. Na FASE II, avançamos na identificação de outras alternativas, como pequenos espaços abertos dotados de referências (árvores, encontro de ruas) ou possibilidades (alargamento de um trecho da rua e calçada), bem como a própria presença de cursos d'água.

- **Espaços públicos dentro do bairro**

Identificamos, na FASE II, pequenos locais onde as ruas possuem um alargamento diferenciado do restante, que permitem a criação de espaços que, se dotados de projeto e mobiliário, podem tornar o convívio mais agradável. Localizamos alguns deles mediante pontos identificados pela comunidade: ora pela presença de uma árvore, ora pela ampliação da largura da “calçada”, ou até mesmo pela confluência de ruas numa forma que permite essa qualificação.



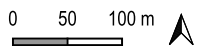
Rua Manina com Rua Vitória, possibilidade de criação de espaços públicos internos ao bairro. Foto: Joyce Reis



Ações para qualificação do Meio Ambiente Urbano

- Criar Espaços Públicos dentro do bairro
- ◆ Criar Espaços Públicos na Orla do Rio Tietê
- Manter e ampliar arborização
- Preservar e ampliar áreas verdes
- Ciclovia a implantar dentro do perímetro
- ◆ Rede Pública Educação
- Centros de Referência
- Perímetro Jd Pantanal
- Hidrografia
- Quadra Viária
- Ruas com interface com curso d'água
- Ruas compartilhadas (caminho para orla fluvial)
- - - Ruas compartilhadas (locais)

Criar Espaços Públicos Compartilhados com Mobilidade Ativa em:



Elaboração: Joyce Reis, Fábio Moraes - IAB-SP
 Fonte: Geosampa + Levantamento comunitário

- Espaços públicos de uso compartilhado com mobilidade

A partir das tipologias de ruas definidas na FASE II, especialmente nas ruas com presença de curso d'água (córregos) e ruas locais (estreitas e com pouca conexão dentro do bairro), conseguimos delimitar essas possibilidades para elaboração de projetos de espaços públicos em ruas compartilhadas.



Rua Cachoeira Itaguassava: possibilidade de compartilhamento de espaços públicos e mobilidade. Foto: Joyce Reis



Exemplo da Requalificação Urbana do Jardim Colombo, em Paraisópolis. Projeto em área de córrego em situação similar ao Jardim Pantanal.

- Espaços públicos próximos à beira de córregos e rio (orla fluvial)

Buscamos orientar a criação de espaços públicos que contemplem as águas (córregos e o próprio Rio Tietê) para resgatar e evidenciar a presença da água no bairro, como uma riqueza a ser contemplada e vivida de forma qualificada.

Além da criação de dois eixos de espaços públicos junto aos córregos das ruas Cachoeira Itaguassava e Recife, identificamos alguns pontos possíveis de criação de praças públicas próximas ao Rio Tietê. Num contexto de elaboração do planejamento hidroviário do município, onde estão sendo debatidas propostas de utilização da rede hídrica para funções – tais como mobilidade de pessoas e transporte de cargas e resíduos –, não podemos deixar de instigar o potencial de usos voltados a atividades de esporte, lazer e turismo, as quais o Jardim Pantanal inclusive já possui.



Orla do Rio Tietê, Jardim Pantanal - SP. Foto: Fábio Moraes



Projeto Área do Baobá. Fonte: Parque Capibaribe/INCITI - <http://inciti.org/2015/12/04/parque-capibaribe-e-apresentado-no-cop-21-paris/>

PROTOTYPE CITY

Vimos na FASE I que o projeto Prototype City havia começado. Nesta fase ele foi concretizado e executado!

O projeto foi construído na calçada da E.E. Prof. Fernandes Soares e partiu de um processo de escuta e construção coletiva com os estudantes do 9º ano (turma de 2023) da escola EMEF Virgílio de Mello Franco. Foram realizadas oficinas e visitas de campo com as crianças para pensar a requalificação do entorno da escola e reunião com a comunidade para validação da intervenção. Além da idealização, os adolescentes também participaram da construção, onde ajudaram a pintar o mobiliário urbano e realizaram o plantio de algumas mudas de árvores.

A intervenção foi um sucesso em sua idealização e concepção, tanto com as crianças e adolescentes que estudam nas escolas da quadra como também entre os pais e toda a comunidade, que ganhou um novo espaço agradável de estar.

O projeto foi exposto, juntamente com um painel, no Centro Cultural São Paulo, durante a 13ª BIA, e bastante elogiado pelos visitantes. Assim que a exposição foi encerrada, o projeto recebeu um documentário de curta duração e foi premiado com o 9º Prêmio de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da cidade de São Paulo (SMDHC), o que reforça ainda mais a relevância de projetos que envolvem a comunidade no processo de construção da cidade.

Vale lembrar que o Prototype City é um programa de intercâmbio em arquitetura e urbanismo do British Council centrado em colaboração internacional para testar novas iniciativas em cidades ao redor do mundo. Para realizá-lo, foi reunido um time de arquitetos britânicos e brasileiros para responder às demandas e projetar a partir das necessidades e desejos de adolescentes do Jardim Pantanal. Transformar espaços dentro do bairro a partir de pequenas intervenções que qualificam o território é um dos objetivos do Plano de Bairro e que pode ser realizado com parceiros, como neste caso.



Veja o documentário sobre o projeto apontando sua câmera para o QR Code ao lado!

Fotos: Prototype City







Meio ambiente

A força com que o tema das mudanças climáticas e convívio com a natureza se coloca nos debates sobre as intervenções urbanas e o modo de habitar impõe uma grande responsabilidade aos territórios em transformação, como o Jardim Pantanal. Não podemos cometer os mesmos erros que foram feitos na maioria dos processos de urbanização da cidade, ao relegar seus cursos d'água, eliminar a vegetação existente e construir infraestruturas cinzas em locais que já são verdes. É preciso manter o ecossistema equilibrado, ou seja, cuidar dos córregos e do rio, preservar as árvores e pensar em soluções que permitam o equilíbrio do meio ambiente.



Fonte: <https://www.wikiaves.com.br/wiki/bicudinho-do-brejo-paulista>

Fique sabendo

Você sabe o que é uma espécie endêmica? São espécies de animais ou de vegetais que só existem numa determinada região. E na Área de Proteção Ambiental (APA) Várzea do Tietê temos o bicudinho-do-brejo-paulista, que é uma espécie de ave rara, recém-descoberta e que sofre risco de extinção. Por isso, ele precisa ser preservado!

Quando tratamos de melhorias no meio ambiente, todos fazem parte dessa conquista!

Vimos na FASE I que é preciso aprender a conviver com as águas, pois o bairro está em uma área meândrica da várzea do Rio Tietê, com nivelamento, em alguns casos, abaixo do próprio rio. Nesse sentido, buscamos identificar alguns subtemas que podem contribuir na qualificação das intervenções e melhorias previstas para o bairro.

- **Hidrografia - Sobre as águas**

Reconhecer o Rio Tietê e os córregos existentes no bairro como potências e parte de um sistema é fundamental ao tratamento dos recursos hídricos da região. Logo, é importantíssimo pensar em soluções conjuntas que contemplem a Bacia Hidrográfica do Alto Tietê e a Sub-bacia do Lageado.

Como potência entendemos que seja necessário demandar outras formas de uso e convívio com a água. Já elencamos a necessidade de criação de espaços de convívio e acesso ao Rio Tietê a serem desenvolvidos em diversos projetos futuros (são poucos os locais na cidade com interface com o rio ainda meândrico, ou seja, com suas curvas naturais, sem estar retificado e canalizado). Na FASE I, vimos como a Área Prioritária de Recuperação Ambiental (Apra) da APA Várzea do Tietê tem um importante papel nisso. Queremos avançar na identificação e qualificação de pontos de interface com o rio.

Repactuamos também a função do córrego da Rua Cachoeira Itaguassava, a partir de demanda de tratamento adequado para o trânsito de pedestres, respeitando a fragilidade de suas margens e, ao mesmo tempo, fornecendo condições paisagísticas e de recuperação da arborização como diretrizes importantes no processo de transformação da região. Reconhecemos e demarcamos também o córrego da Rua Recife, que não estava identificado nos mapas oficiais, buscando qualificação semelhante à proposta para o córrego da Rua Cachoeira Itaguassava.

As águas são uma potência para o bairro!

- **Vegetação - Sobre árvores e plantas**

As árvores também contribuem para amenizar o calor e tornam o ambiente mais úmido, além de proporcionarem conforto para quem anda pelas ruas. Na FASE II, buscamos evidenciar esse elemento, presente tanto nas margens do Rio Tietê quanto dentro do bairro, como uma riqueza a ser preservada e estimulada.

Em áreas de várzea como o Jardim Pantanal, a vegetação é um importante elemento que pode ajudar com a questão dos alagamentos e também das melhorias urbanísticas tão desejadas para o bairro, desde árvores nas ruas ou até mesmo plantas nas varandas, janelas ou telhados, que podem contribuir na transformação de um bairro com mais qualidade. Por isso, antes de mais nada é preciso preservar as árvores existentes. Elas estão indicadas nos mapas, para que tanto a população quanto o poder público as considerem como um bem. Cada morador pode ser o zelador de uma árvore na rua onde mora, bem como pode cultivar outros tipos de vegetação dentro do seu lote e moradia. Já o poder público precisa adotar, como diretriz de projeto, a ampliação de áreas vegetadas e a permanência da vegetação atual no bairro, em especial na várzea do Rio Tietê.

Você sabia que uma árvore ajuda a reter a água que cai da chuva?



Projeto na favela do Arará diminui o calor através da instauração de tetos verdes nas casas. Fonte: victoriahenrique.com



Infraestrutura urbana

A carência de infraestrutura em regiões como o Jardim Pantanal é conhecida, assim como em muitas outras periferias brasileiras. No entanto, é cada vez mais latente aos governos que investimentos em áreas vulneráveis são imprescindíveis para a garantia da qualidade de vida dos moradores, bem como para garantir a preservação do meio ambiente.

Durante a elaboração da FASE II do Plano de Bairro, convivemos com a temática de infraestrutura em diversas frentes, seja na execução das obras de abastecimento de água e esgoto pela Sabesp, seja no debate sobre obras de macro e microdrenagem com órgãos públicos como Siurb, SPURB e Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). Outros temas, como energia elétrica, internet, resíduos sólidos, também estiveram presentes como investimentos fundamentais para assegurar o bem-estar da comunidade.

Cada órgão responsável vem ao território com a responsabilidade de realizar somente aquilo que lhe diz respeito. No entanto, queremos demonstrar a importância de realizar cada uma dessas infraestruturas de forma integrada e articulada para reduzir os investimentos e atender de forma qualificada a comunidade do Jardim Pantanal.

A seguir, fizemos um breve relato sobre cada uma delas e sua relação com as demais:

- **Abastecimento de água**

Na FASE I, vimos que a abertura da licitação da Sabesp havia sido realizada em março de 2022. O início da FASE II, em outubro de 2022, já contava com a montagem do canteiro de obras e início das tratativas com a comunidade. Foram contratadas pessoas do bairro para trabalhar tanto nas obras quanto no cadastramento das famílias beneficiárias do programa. Como trabalho social também foram realizadas ações de educação ambiental, bem-estar e saúde da mulher, bem como diversas palestras com temáticas sociais e raciais e de gênero, além de uma reforma no espaço da Amojap, uma das associações de moradores do bairro.

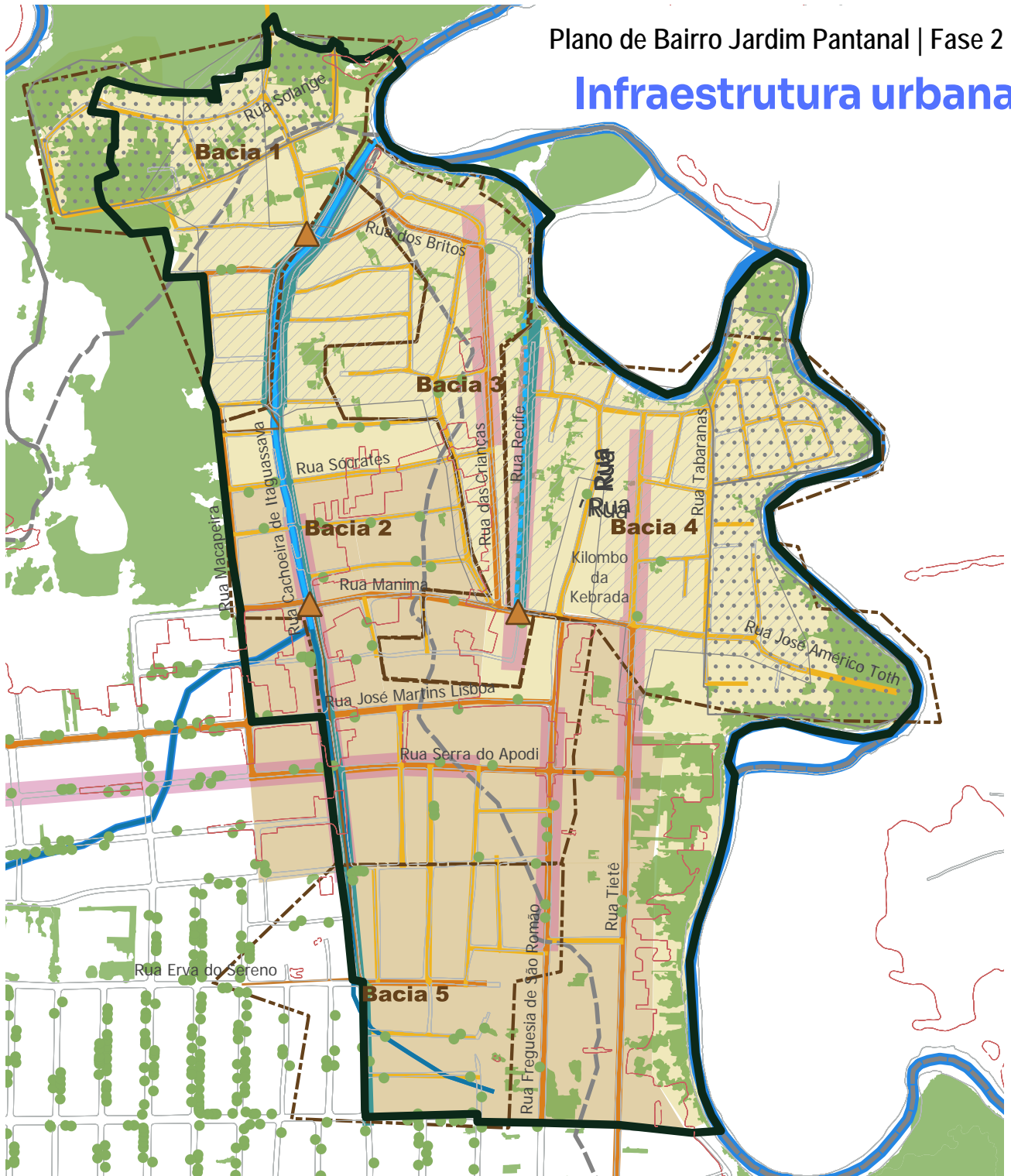
No decorrer da realização das obras, foram inúmeros os desafios para equacionar as demandas (escavação nas ruas, interferência nas casas, divergências do solo, priorização de áreas) com o convívio dos moradores, as chuvas etc. Mas agora, grande parte das obras já está concluída, com a realização de mais de 6 mil novas ligações de abastecimento de água, atendendo diretamente mais de 56 mil pessoas.

Número de ligações de água = 6.331. Em sistema = 4.096.

Fonte: Relatório Vita Ambiental - Sabesp, dados de setembro/2023

Acesso à água é um direito de todo cidadão! Esse investimento garante saúde e qualidade de vida para a população, contribui para a preservação de recursos hídricos e para a promoção da sustentabilidade urbana.

Infraestrutura urbana



Ações para qualificação da Infraestrutura Urbana

Rede de Água e Esgoto (em implantação)

- Subdivisão obras SABESP (água e coleta de esgoto)
- Linha de recalque por gravidade
- Linha de recalque Pressurizada
- Estação Elevatória

Diretrizes Resíduos Sólidos e Energia Elétrica

- Ampliar coleta de resíduos sólidos
- Ampliar rede elétrica oficial

Diretrizes Cobertura Vegetal

- Ampliar arborização viária e lotes
- Manter/ampliar arborização viária e lotes

Diretrizes de drenagem

- Qualificar Córrego céu aberto + SBN
- Qualificar Córrego céu fechado
- Ruas drenantes compartilhadas
- Ruas com possibilidade SBN
- Nivelamento necessário

- Arborização viária
- Áreas Verdes
- Limites SubBacias
- Curva Mestre
- Perímetro
- Hidrografia

0 50 100 m

Elaboração: Joyce Reis, Fábio Moraes - IAB-SP
Fonte: Geosampa + Levantamento comunitário

- **Coleta e tratamento de esgoto**

Semelhante à realização das obras de abastecimento de água, com algumas especificidades. Do ponto de vista técnico e tendo em vista condições do meio físico (topografia, lençol freático, tipo de solo), foi realizada a construção de quatro Estações Elevatórias de Esgoto (EEE), sendo duas pressurizadas e duas por gravidade. Elas possuem esse nome pois a primeira faz uso de bombas para lançar o esgoto coletado até determinado ponto onde está localizada a segunda, que, como o nome já diz, faz uso da gravidade para levar o esgoto até a estação de tratamento.

Durante a execução das obras, os engenheiros responsáveis mostraram que as condições de drenagem do terreno forneciam desafios técnicos para a realização das obras, além das especificidades do solo em função dos aterros informais, o que exige do trabalho de sondagem técnicas e conhecimentos específicos que podem ser trocados entre equipes executoras.

Do ponto de vista social, é importante ressaltar a necessidade de adaptação das moradias à presença da infraestrutura para utilização do sistema de forma otimizada.

Número de ligações de esgoto = 6.331

Fonte: Relatório Vita Ambiental - Sabesp, dados de setembro/2023



Construção das Estações Elevatórias de Esgoto (EEE). Foto: Luiz Nickel.

- **Drenagem**

A questão da drenagem no território do Jardim Pantanal é fundamental para análise e avaliação dos principais problemas enfrentados pela população com relação às enchentes ocorridas todos os anos. É necessário equacionar as demandas de drenagem com as diretrizes de meio ambiente, incluindo questões de valorização da hidrografia, vegetação, consideração do tipo de solo como aspectos fundamentais dos projetos a serem desenvolvidos. Por isso, debater um projeto para o Jardim Pantanal deve ser encarado como uma oportunidade para os órgãos públicos demonstrarem sua responsabilidade perante os desafios sobre adaptação à crise climática. Entendemos como oportunidades a promoção e a utilização das águas e da vegetação como riquezas desse território, adotando as SbN, sobretudo com respeito e diálogo com a comunidade instalada no local há mais de 30 anos.

Você sabe o que são as Soluções baseadas na Natureza (SbN)?

São ações de infraestrutura que imitam os processos da natureza e sevem para promover a requalificação do meio ambiente urbano. Tais ações, quando implementadas em áreas vulnerabilizadas, podem prevenir eventos climáticos, como enchentes, alagamentos, deslizamentos de terra, entre outros.

A seguir, listamos algumas premissas e características a serem observadas nos projetos de macro e microdrenagem:

- as intervenções precisam ser descentralizadas e compreender que, apesar de as inundações acontecerem nos fundos de vale, elas são produzidas nas bacias hidrográficas, ou seja, no na totalidade do território;
- os projetos e intervenções devem ser compreensíveis a todas as pessoas, sendo possível entender se estão cumprindo sua função e se precisam de manutenção. Podem ser geridos coletivamente e de forma compartilhada;
- as intervenções precisam aumentar a relação entre ambiente construído e águas urbanas;
- todos os projetos de macro e microdrenagem devem utilizar seu grande potencial paisagístico para poderem se tornar espaços mais verdes, o que faz com que sejam mais frescos e diminuam as ilhas de calor urbano – fatores ambientais e importantes para lidar com os efeitos das mudanças climáticas.

Fonte: TRAVASSOS, Luciana. “Nem canalização, nem piscinão! Por uma nova abordagem para as águas paulistanas”, NEXO Jornal, 23/08/2023

OBSERVAÇÕES E APRENDIZADOS

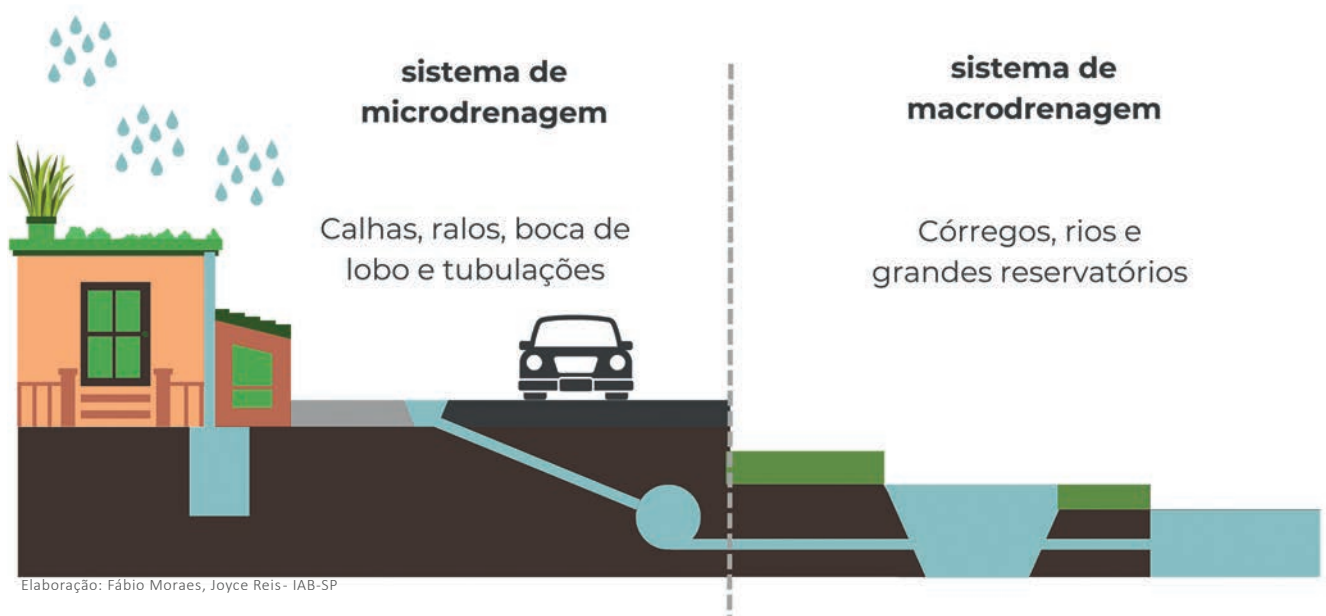
Na FASE I, destacamos a importância da articulação entre as ações de requalificação urbana e de infraestrutura, como nas obras de saneamento básico e micro e macrodrenagem. Infelizmente, os cronogramas de projeto e execução de cada uma dessas ações não coincidiram, resultando na perfuração de parte da tubulação de água recém-instalada durante a conclusão das obras.

Outra questão foi o aprendizado prático sobre as características do terreno adquirido pela empresa executora das obras de saneamento. O conhecimento sobre os locais onde há recalque de terra, onde o lençol freático varia durante o dia em função da temperatura e das chuvas, a vivência e a prática do canteiro de obras e dos profissionais envolvidos são fatores que podem otimizar as ações futuras de outras obras. Por isso, não sendo uma realização integrada, é fundamental a articulação institucional, desde o conhecimento técnico das obras realizadas até o conhecimento prático das equipes executoras para otimizar as intervenções futuras sem prejuízo das obras já executadas.

Do ponto de vista social, destacamos a importância do trabalho social realizado, seja na orientação sobre a inovação do abastecimento, início da formalização da prestação de serviços, até mesmo a mediação de conflitos durante a execução das obras. **Ressaltamos ser necessária a garantia de um período de acompanhamento social pós-finalização das obras para auxiliar na acomodação dos usuários e funcionamento do sistema.** Ainda, é preciso acompanhar e subsidiar as famílias quanto à adaptação das residências à nova realidade da presença dessa infraestrutura, seja na instalação de rede interna (caixa-d'água, encanamento, torneiras), seja na utilização do serviço e pagamento das taxas (a Sabesp oferecerá uma tarifa social de, no mínimo, dois anos, podendo ser prorrogada a depender da situação familiar). Tais trabalhos, se realizados, podem prevenir e promover as seguintes situações:

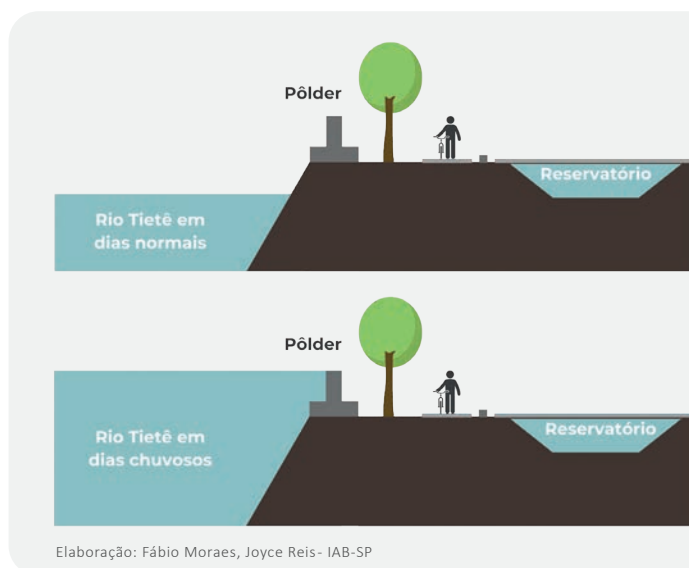
- evitar danos nas redes já instaladas: consultar os órgãos responsáveis, bem como técnicos envolvidos na execução das obras passadas;
- promover troca de experiências sobre as particularidades do território entre as equipes técnicas envolvidas;
- prever e fornecer condições para realização do trabalho social prévio, durante e após a realização das obras;
- dar condições de adaptação às residências para usufruto da nova infraestrutura.

Entre intervenções de macro e microdrenagem



VOCÊ SABE O QUE SÃO SISTEMAS DE DRENAGEM?

Os sistemas de drenagem, em contexto urbano, visam drenar o excesso de água de um determinado local quando, por algum fator que pode ser geográfico ou relacionado a intervenções urbanas, o solo não consegue fazer a drenagem naturalmente. Cada sistema varia conforme os objetivos, a quantidade de água a ser drenada e o efeito ou solução que se planeja realizar: desde a colocação de guias, sarjetas e pavimentação ecológica em um bairro, sendo este um sistema de microdrenagem, que pretende escoar as águas das chuvas das ruas de um determinado bairro, até a implementação do sistema de macrodrenagem, como nos córregos e rios, mas também em estruturas como pôlder e piscinão, que atendem um bairro inteiro e podem servir para escoamento de águas pluviais ou dar vazão a córregos e rios.



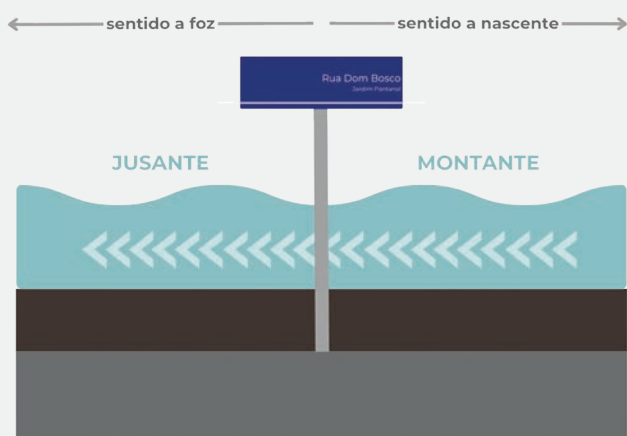
Você sabe o que é um pôlder?

É uma obra de engenharia que utiliza muros e diques de concreto para conter as enchentes nas margens de um rio. Na realidade do Jardim Pantanal a proposta é construir um muro de contenção para barrar a água do rio em dias chuvosos. E também a construção de um reservatório “piscinão” para conter e retardar a água da chuva a fim de evitar enchentes.

Compreender os diferentes tamanhos e funções de intervenções é fundamental para o êxito da infraestrutura de drenagem urbana, principalmente em regiões de fundo de vale (ponto mais baixo ao nível do solo que recebe toda a água da chuva captada pela bacia) como o Jardim Pantanal.

Falando sobre o Jardim Pantanal, ao contrário do que muitos pensam, as inundações no bairro não ocorrem, na maioria das vezes, devido às cheias do Rio Tietê, mas sim devido aos transbordamentos das águas dos córregos que deságuam no bairro. O Jardim Pantanal é plano, sem declividade para escoamento e, em alguns trechos, está abaixo do nível do rio. Outro fator para os alagamentos é a falta de drenagem da água da chuva em áreas que, mesmo sem sistema de microdrenagem, são pavimentadas. Deve-se ter em mente que os cursos d'água que deságuam nessas regiões, sobretudo os que estão no sentido da montante do Rio Tietê, com referência ao Jardim Pantanal, impactam diretamente todas as comunidades que estão no decorrer da jusante do rio.

Você sabe o que é jusante e montante?



Elaboração: Fábio Moraes, Joyce Reis - IAB-SP

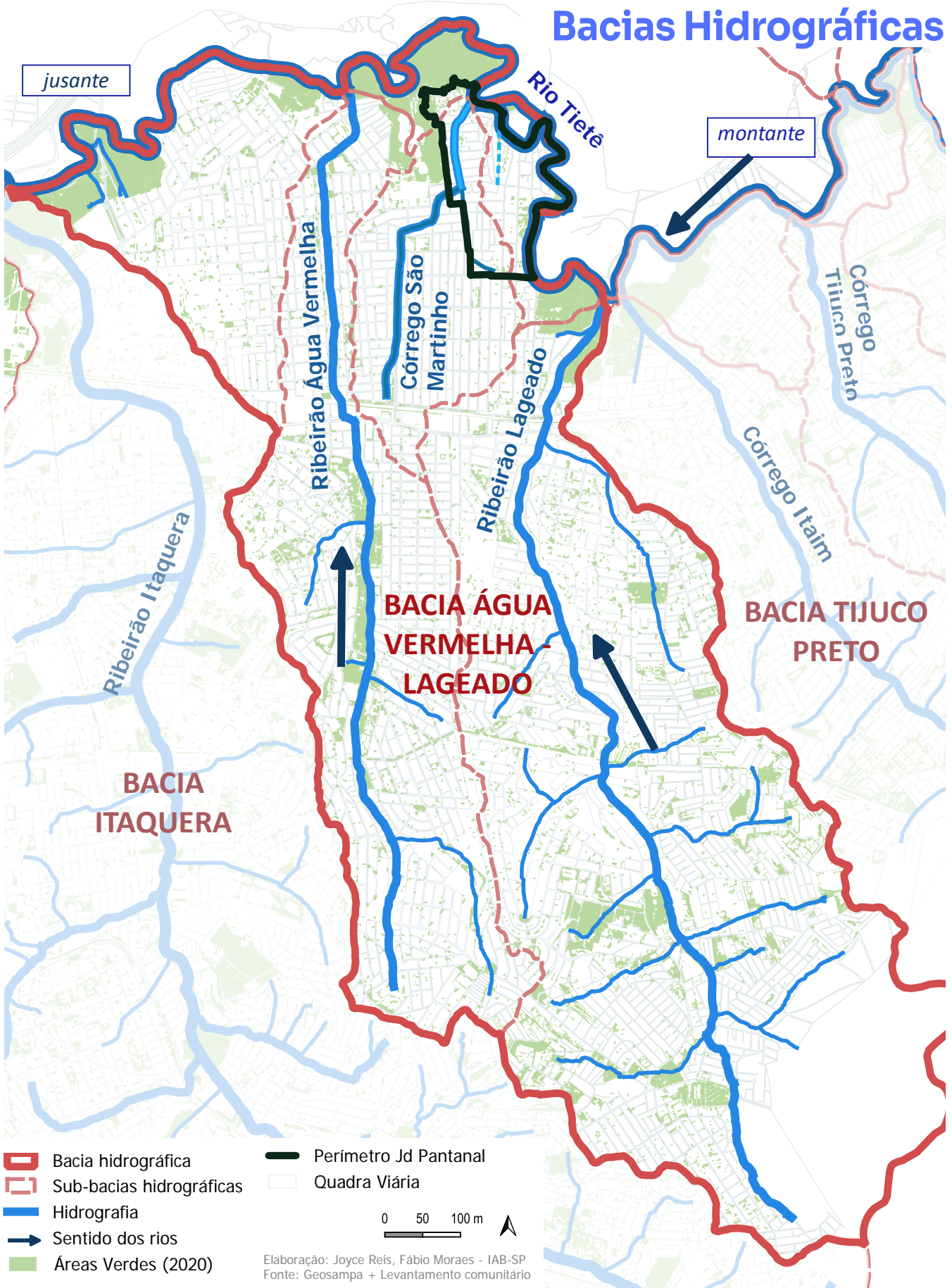
Ambos os termos se referem à direção relativa a determinado ponto de um rio. A jusante quer dizer o caminho que o rio faz em direção à sua foz. Já a montante refere-se à direção onde o rio tem sua nascente. Ou seja, se caminhamos até a Rua Dom Bosco, às margens do Rio Tietê, e olharmos para a direita, olharemos a MONTANTE do rio, em direção a sua nascente, que fica localizada em Salesópolis, na Serra do Mar; ao olharmos para a esquerda, estaremos vendo a JUSANTE do rio, seguindo o seu curso natural até a foz no Rio Paraná.

Sendo assim, é importante pensar em soluções para toda a bacia hidrográfica, principalmente nas regiões mais altas, a fim de diminuir a quantidade e a velocidade com que as águas chegam aos córregos que deságuam nas várzeas e regiões de fundo de vale. Entender que as enchentes e alagamentos não são responsabilidade só dos principais afetados, mas um problema estrutural que atinge direta ou indiretamente todo o bairro e seu entorno, é o caminho para pensar em soluções efetivas, que irão beneficiar a todos.

VAMOS PENSAR NA BACIA HIDROGRÁFICA?

A bacia hidrográfica na qual o Jardim Pantanal está localizado é a Bacia Água Vermelha-Lageado, delimitada no sentido leste-oeste pelos córregos Água Vermelha e Ribeirão Lageado, que correm em sentido norte ao encontro do Rio Tietê. Nessa bacia estão presentes bairros como Itaim Paulista, Vila Curuçá, Jardim dos Ipês, Jardim Nazaré, entre outros que estão ao sul da linha férrea e pertencem à administração da Subprefeitura do Itaim Paulista-Curuçá.

Bacias Hidrográficas



Atualização sobre a elaboração dos cadernos de drenagem, em outubro de 2023.
Fonte: sítio eletrônico Siurb, prefeitura de São Paulo



VOCÊ SABIA QUE A REGIÃO DO ITAIM PAULISTA É UMA DAS MAIS QUENTES DA CIDADE DE SÃO PAULO?

Isso acontece porque o bairro tem uma cobertura vegetal quase inexistente e a forma como se deu a ocupação do território gerou uma região altamente adensada, concretada e asfaltada. Nos períodos de grandes temperaturas, por exemplo, enquanto a média da cidade é de 32 °C, a temperatura do Itaim Paulista é de 34/35 °C – com sensação térmica ainda maior.

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/regiao-do-itaim-paulista-e-a-mais-quente-da-capital.shtml#:~:text=O%20Itaim%20Paulista%2C%20localizado%20no,in%C3%ADcio%20de%20ano%20na%20capital>

O QUE ISSO TEM A VER COM O JARDIM PANTANAL?

Nos períodos de chuvas mais intensas, há naturalmente um grande acúmulo de águas que passam pelo Rio Tietê, mas num território como o Itaim Paulista completamente asfaltado, concretado e com baixa cobertura vegetal, as águas das chuvas, por conta das áreas pavimentadas, correm mais rapidamente para os córregos, que, por sua vez, deságuam nas várzeas e geram inundações e alagamento.

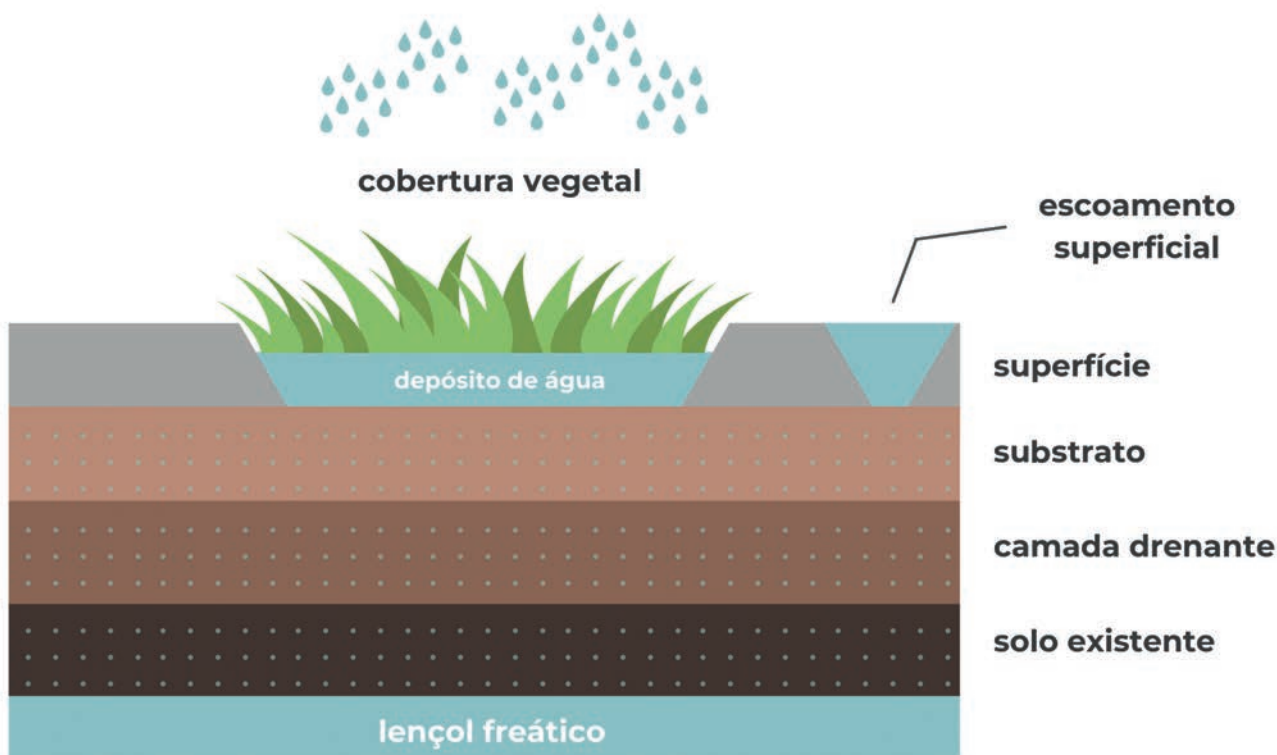
Toda a água que chega até o Jardim Pantanal vem também de outras regiões!

ENTENDEU POR QUE É NECESSÁRIO PENSAR NA BACIA HIDROGRÁFICA?

Pensar em soluções para toda a bacia é importante não só para resolver o problema das inundações, mas também para gerar bem-estar a todos.

Plantio de árvores, jardins de chuva, não só nos espaços públicos, mas também dentro dos terrenos, fazendo com que a água demore mais a chegar nos cursos d'água, e também a promoção de cobertura verde são opções que geram conforto e alívio para as pessoas que estão no Itaim Paulista e sofrem de calor no verão e para as que estão no Jardim Pantanal e sofrem com enchentes e alagamentos.

Exemplo de Jardim de Chuva

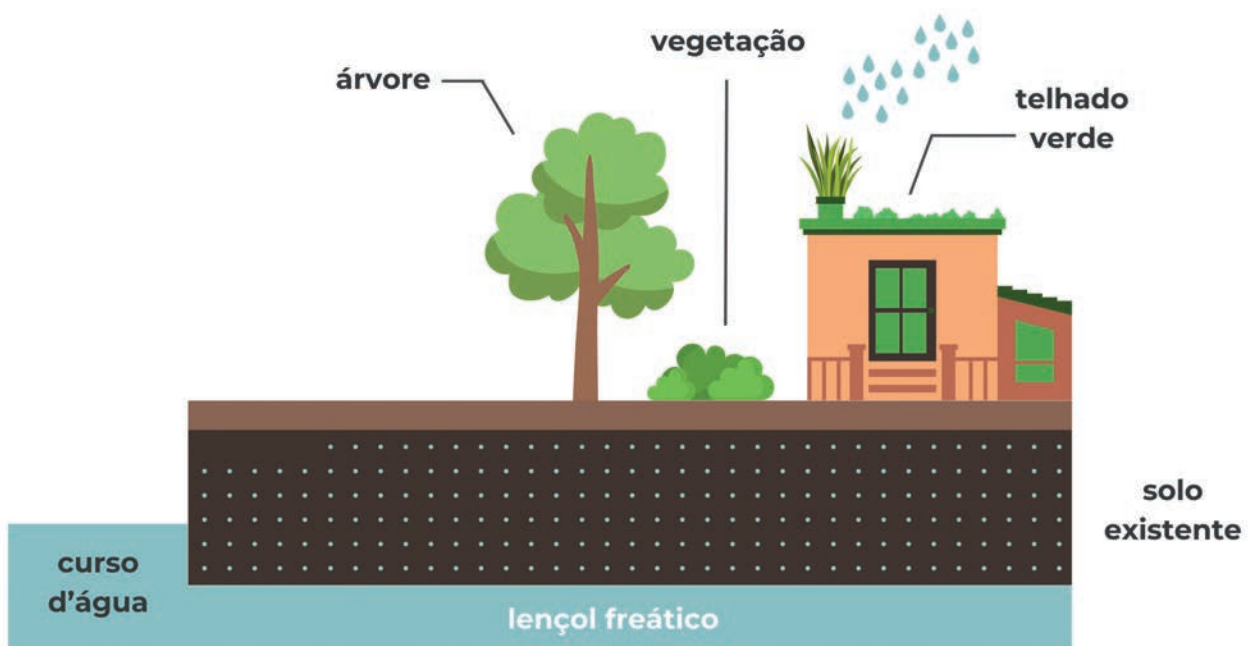


O caso da Rua Tietê

É comum ver em reportagens ou pesquisas sobre o Jardim Pantanal, principalmente nos períodos de chuva de verão, imagens de alagamentos severos e duradouros. Nesses períodos, os moradores que conseguem ocupar o pavimento superior de suas casas e esperam o solo drenar naturalmente a água, outros solicitam à subprefeitura uma bomba para drenagem ou esperam a água evaporar. A maioria das ruas do bairro ainda não são pavimentadas e o próprio solo permeável faz drenagem, mas a Rua Tietê é um caso à parte. Apesar de ser pavimentada, não tem nenhum sistema de drenagem, sendo necessário o uso de bomba para escoamento das águas, além do fato de que entre as ruas Serra do Apodi e Manima, há um leve rebaixamento, ocasionando grande acúmulo de água. Geralmente é nesse ponto específico onde são feitas as reportagens, passando a impressão irreal de que toda a comunidade está inundada dessa maneira.

Além do tratamento dos cursos d'água, é preciso considerar que as formas de ocupação do solo (construções) podem ajudar na demora da retenção da água das chuvas. Partindo dos princípios da quota ambiental da lei de zoneamento, podemos imaginar como as casas, escolas, comércios podem ajudar neste sentido? Nas construções regulares, são exigidos reservatórios de água conforme o tamanho dos lotes. Na escala da bacia, é preciso avaliar como os grandes lotes e empreendimentos podem contribuir com essa causa. Na escala local do bairro, será possível pensar em uma unidade territorial que envolva um conjunto de casas ou no nível da quadra que possua esse tipo de dispositivo? Propomos que isso seja considerado nos programas de melhorias habitacionais. Se isso for debatido com a população de forma participativa, poderão ser construídos modelos alternativos de mitigação dos alagamentos mais eficientes e menos custosos.

Além das intervenções de macro e microdrenagem, se cada casa, construção e lote ajudar no redirecionamento da água das chuvas, podemos minimizar os alagamentos no Jardim Pantanal!



Elaboração: Fábio Moraes, Joyce Reis - IAB-SP

- **Coleta de resíduos sólidos**

A coleta e o manejo dos resíduos sólidos são fundamentais para contribuir com as ações de preservação do meio ambiente, bem como para gestão e manutenção das condições de drenagem dos córregos existentes e do próprio Rio Tietê.

No bairro, ainda não temos coleta de lixo em toda a comunidade, muito menos seletiva, e ainda faltam ecopontos distribuídos pelo bairro, principalmente próximos ao Rio Tietê (apesar da existência de um ecoponto, há demanda por novos pontos a leste e norte do bairro). As medidas previstas de meio ambiente devem vir com programas de educação ambiental voltados ao tema da coleta, separação e tratamento dos resíduos sólidos. Além disso, fomentar iniciativas de reciclagem (como as cooperativas) também pode ser uma alternativa de geração de emprego e renda.



Cortesia de Pimp my Carroça



Habitação

Mesmo com a realização das obras já mencionadas, é preciso compreender que o território ainda poderá sofrer com alagamentos e inundações. Por isso, é importante pensar nas habitações de modo que elas possam resistir a esses eventos.

No próprio Jardim Pantanal já vemos algumas ações realizadas por alguns moradores nesse sentido. Devido aos eventos frequentes de enchentes, algumas casas já estão sendo construídas, considerando o andar térreo somente com quintal ou garagem e o segundo andar para dispor os outros cômodos, como sala, quarto, cozinha e banheiro. Isso demonstra a resiliência dos moradores e é um exemplo para pensar novas moradias e melhorias nas casas existentes.

Ressaltamos que é necessária a criação e reformulação de políticas públicas de acesso a financiamento de materiais de construção para a população de baixa renda que assegure uma autoconstrução assistida com a monitoria de um profissional de engenharia e arquitetura. É importante também que esses processos sejam devidamente avaliados sempre levando em conta as características e necessidades específicas de cada lugar, como locais situados em área próxima aos rios e córregos, considerada Área de Preservação Permanente (APP), com riscos de alagamentos, inundação ou qualquer outro que ponha a habitação e seus moradores em perigo.

- **Melhorias habitacionais e especificidades territoriais**

Além dos aspectos jurídicos e urbanísticos, é preciso realizar melhorias nas casas para garantir boas condições de vida, bem como saúde e habitabilidade. Embora a maioria da população faça isso por conta própria, é preciso exigir programas públicos que auxiliem na realização dessas melhorias. Por exemplo: é possível acessar recursos financeiros para aprimorar a rede hidráulica (encanamentos) da casa para adaptá-la à nova realidade de água encanada ou mesmo utilizar acabamentos nas áreas molhadas, como banheiro e cozinha.

Além das adequações comuns, precisamos demandar investimentos e soluções técnicas para garantir adaptação das casas ao convívio com as águas, desde pensar moradias mais elevadas para evitar o contato com o solo úmido e sujeito a alagamentos, até incorporar sistemas de captação da chuva por meio de telhados verdes, caixas de retenção, entre outras soluções. Tudo isso melhora a vida da comunidade e contribui também com o meio ambiente.

- **Regularização fundiária**

Na FASE I, vimos que em 2019 foi protocolado um pedido de regularização fundiária de parte do bairro do Jardim Pantanal. O pedido foi enquadrado como Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (Reurb-S), ou seja, regularização específica para áreas com população de baixa renda, e que para chegar ao principal objetivo para garantir o direito à moradia e à segurança da propriedade – a entrega dos títulos de propriedade para as famílias –, seriam necessárias algumas ações, principalmente por parte da prefeitura e da Secretaria Municipal de Habitação (Sehab) como, por exemplo, as obras de infraestrutura urbana..

Em junho de 2022, logo após o lançamento da FASE I, foi realizado no bairro um evento com autoridades do poder público para anunciar as obras de saneamento básico a serem realizadas pela Sabesp. No evento, o então governador em exercício Rodrigo Garcia e o prefeito Ricardo Nunes anunciaram, além das obras da Sabesp, a regularização fundiária de parte do bairro do Jardim Pantanal, que beneficiará cerca de 8 mil famílias.



Fotos: Luiz Nickel



A Sabesp está no território finalizando as obras de infraestrutura para o abastecimento de água e tratamento e coleta do esgoto. A Siurb contratou a SPURB para realizar o projeto de microdrenagem e pavimentação do bairro e atualmente há uma equipe no território realizando trabalhos de topografia e sondagem, ação necessária para o desenho do projeto. Eles também anunciaram que estão elaborando o Caderno de Drenagem da Bacia Hidrográfica Água Vermelha-Lageado e São Martinho, que deve conter propostas que atendam o bairro.

A Sehab já vistoriou o local para delimitar o perímetro para início dos processos, os próximos passos são a divulgação do perímetro a ser regularizado e a instituição do Conselho Gestor de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), responsável pela formulação e aprovação das ações previstas para o território. Todas as intervenções previstas para acontecerem no bairro deverão ser informadas e discutidas junto ao conselho, que terá moradores do território em sua composição.

● Conselho Gestor de ZEIS

O fato de o Jardim Pantanal ser uma ZEIS 1, que são áreas ocupadas por população de baixa renda, exige que o poder público garanta que os moradores participem da formulação e implementação das intervenções previstas no local por meio da criação do chamado Conselho Gestor de ZEIS, disposto no PDE Lei 16.050/2014, artigo 48. Para analisar de forma integrada as ações no território, é prevista a realização do chamado Plano de Ação Integrada, que poderá ser feito pelo poder público ou por iniciativa dos próprios moradores e entidades representativas (Lei 16.050/2014, art. 50, § 1º).

Como já estão ocorrendo e sendo debatidos inúmeros projetos, obras e intervenções para o Jardim Pantanal, é fundamental a constituição do Conselho Gestor de ZEIS no bairro, para garantir a participação da população em todo o processo.

O QUE SÃO ZEIS?

As ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) são áreas que devem garantir moradia digna à população de baixa renda. Nessas áreas o poder público deve realizar melhorias urbanísticas, recuperação ambiental, regularização fundiária de assentamentos precários e irregulares, bem como promover a construção de Habitação de Interesse Social (HIS). Existem tipos de ZEIS onde já estão consolidadas comunidades de baixa renda, como no caso do Jardim Pantanal (ZEIS 1); tipos que são áreas vazias reservadas para a construção de novas moradias populares (ZEIS 2 e ZEIS 4); e tipos com edifícios vazios que podem ou não já estar ocupados por famílias (ZEIS 3). Essas zonas ajudam a garantir o direito à moradia para a população mais carente e vulnerável e que nem sempre possui regularidade de propriedade.

VOCÊ SABIA?

“A instalação do Conselho Gestor deverá vir antes da elaboração do Plano de Ação Integrada, que por ele deverá ser aprovado.” (§ 4º, art. 48 do PDE, redação Lei nº 17.975/2023)

O Plano de Ação Integrada pode absorver muito do trabalho realizado pelo Plano de Bairro! Algumas das exigências dele já foram iniciadas e apresentadas pelo Plano de Bairro:

- diretrizes gerais de intervenção;
- soluções de regularização fundiária;
- diretrizes para projeto de urbanismo contendo as soluções urbanas que permitirão a integração da área com a cidade, além de áreas verdes, equipamentos sociais e usos complementares ao habitacional;
- demarcação de projetos de engenharia contemplando rede pública de água e esgotos e diretrizes para projeto de pavimentação, sistema de drenagem e manejo das águas pluviais;
- diretrizes para projeto de paisagismo para vias públicas e áreas verdes;
- base e organização social para realização de trabalho participativo e início de trabalho técnico-social.



Foto: Luiz Nickel

Outra novidade é que foi celebrado um Acordo de Cooperação Técnica entre o Instituto Alana e a prefeitura de São Paulo para que o Jardim Pantanal pudesse integrar o Programa de Urbanismo Social da prefeitura. Quer saber mais sobre o programa?

“O Programa de Urbanismo Social, que contempla ambos os projetos, Territórios Educadores e Territórios CEU, é um dos compromissos firmados pela prefeitura municipal no Plano de Metas 2021-2024. Um de seus principais objetivos é o desenvolvimento de regiões de alta vulnerabilidade social a partir da concentração de políticas intersetoriais com gestão compartilhada. Os projetos de intervenção são únicos, elaborados para atender às necessidades particulares de cada território. Para a construção de projetos que atendam ao interesse da comunidade local, os moradores são convocados a participar de todas as etapas de discussão e priorização das ações de melhorias.”

Fonte: Programa de Urbanismo Social, prefeitura de São Paulo

Você sabe o que é urbanismo social?

É uma forma de pensar soluções para a cidade envolvendo os atores públicos, como a gestão municipal, a sociedade civil organizada e a comunidade. É dessa maneira que os projetos e programas de urbanismo são desenvolvidos, integrando intervenções urbanas com ações de cidadania, promovendo maior participação social e melhorando a qualidade de vida de quem mais precisa.

O conceito surgiu na cidade de Medellín, nos anos de 1990, onde gestores públicos e urbanistas pensaram diversas soluções integradas para tornar a cidade, que era conhecida como uma das mais violentas do mundo, a mais inovadora do mundo – em 2013 no concurso “City of the Year”, parceria com o Wall Street Journal.

Esse bom exemplo tem sido replicado aqui no Brasil, em cidades como Recife, que desenvolveu o Centro Comunitário da Paz (Compaz), que tem tido resultados promissores na redução dos índices de violência na cidade, e Pará, que conta com o Programa TerPaz e as Usinas da Paz, equipamentos que oferecem serviços públicos além de ações sociais, esporte, cultura e lazer.

Em São Paulo, esses princípios nortearam a criação do Pacto pelas Cidades Justas, que reúne mais de 20 entidades da sociedade civil a fim de modelar um programa a ser implementado pela prefeitura da cidade. Trata-se, assim, de uma articulação entre a sociedade, a iniciativa privada e o poder público para criar e implementar projetos de desenvolvimento e intervenções urbanísticas em territórios vulneráveis.

O Pacto pelas Cidades Justas é, em essência, um modelo de governança no qual a larga experiência das entidades do terceiro setor que já atuam em comunidades socialmente vulneráveis será integrada à atuação das secretarias do município. A articulação com a prefeitura garante a centralização das ações, a integração multissetorial das políticas públicas, a convergência das políticas nos territórios selecionados e a continuidade do programa ao longo das próximas gestões.

A partir da validação das ações seguindo essas diretrizes e ações em andamento, montamos um quadro que as organiza no tempo conforme as possibilidades e viabilidade de execução.

Definindo prioridades: **2.2** em andamento, curto, médio e longo prazos

Para conseguir conquistar as ações propostas pela comunidade, é preciso pensar um cronograma de execução (prever a realização das ações no tempo) que considere os seguintes fatores:

- viabilidade técnica;
- previsão de recursos por parte do poder público;
- possibilidade de acesso a programas e projetos públicos;
- oportunidades de investimentos.

Por isso, na FASE II do Plano de Bairro, estabelecemos, junto à comunidade, as ações prioritárias e as ações de curto, médio e longo prazos.

A partir das ações propostas definidas na FASE I, buscamos identificar com a comunidade quais eram as ações em andamento e previstas, quais eram consideradas prioritárias e quais dependiam de outros fatores para serem executadas. Com o apoio da prefeitura de São Paulo, também foram levantados projetos, programas e intervenções previstos para execução no Jardim Pantanal e arredores que contribuíssem com o desenvolvimento socioterritorial do bairro.

As ações estão organizadas conforme a escala de prioridade a seguir e também podem ser encontradas de forma mais detalhada nas fichas seguintes. Quanto mais próxima de acontecer, mais informações são apresentadas nas fichas. Utilizamos códigos para numerar as ações: a letra inicial identifica a prioridade; o número, a ordem de prioridade.

PNº = prioritária **CNº** = curto prazo **MNº** = médio prazo **LNº** = longo prazo

AÇÕES PRIORITÁRIAS

A realização das obras da Sabesp e a previsão da obra de drenagem nos indicam que os sonhos e desejos da FASE I já começaram a se realizar. Dada essa realidade, foram definidas como ações prioritárias aquelas que já estão em andamento ou previstas para acontecer prioritariamente.

AÇÕES DE CURTO PRAZO

Ações que dependem da execução de outras anteriores para serem realizadas, mas que têm alta demanda da população e são viáveis de execução pelo poder público.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO

Ações que dependem de maior articulação com o poder público, considerando a necessidade de realização de ações ou obras anteriores, demanda popular pelo serviço, complexidade de elaboração/execução ou custo financeiro previsto.

AÇÕES DE LONGO PRAZO

Ações que já possuem alguma previsão por parte do poder público e demandam tempo para aprovação e execução, mas ainda não possuem previsão de projeto e recursos, entretanto devem ser acompanhadas.

2.3 Descrição do Plano de Ação Integrada

Conheça as ações essenciais para a comunidade e que podem ser realizadas o mais breve possível.



Em sentido anti-horário: Consulta Pública Sabesp, fevereiro de 2020; Anúncio do Programa Água Legal, junho de 2022. Fotos: Marcia Duarte. Obras de instalação de rede de água e esgoto pela Sabesp, setembro de 2023. Foto: Luiz Nickel.

AÇÕES PRIORITÁRIAS

- [P1] Ação: Abastecimento de água e saneamento

O que foi feito pela comunidade: acompanhamento do trabalho social por meio de oficinas organizadas pela empresa contratada.

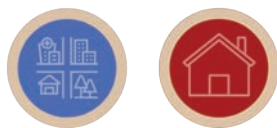
O que está sendo feito pelo poder público: execução do trabalho técnico e social pela Vita Ambiental. Em setembro/2023 já foram realizadas 6.331 ligações de água e esgoto, sendo executados mais de 12.900 metros de prolongamento da rede de água e esgoto. Atualmente estão em obras quatro EEEs.



Obras de execução de estação elevatória pela Sabesp, agosto de 2023. Foto: Luiz Nickel

- **[P2] Ação: Regularização fundiária**

O que foi feito pela comunidade: acompanhamento do Processo SEI nº 6014.2019.0005237-0. Foram feitas vistorias técnicas da Sehab no bairro. Em breve, o perímetro final do processo será fechado para a posterior selagem, cadastramento das famílias e formação do Conselho Gestor de ZEIS.



- **Você conhece o Sistema Eletrônico de Informação (SEI)?**

Toda ação feita pela prefeitura precisa ser registrada em um documento chamado processo administrativo. Ele contém as informações e assinaturas dos responsáveis envolvidos na análise de cada etapa de aprovação dessa ação. Para dar mais transparência e facilitar a consulta desses processos, a prefeitura de São Paulo conta com o Sistema Eletrônico de Informação (SEI). A partir dele, você pode consultar em qual secretaria o processo está, ver por quais órgãos ele passou, acessar documentos de análise e aprovação, entre outras informações.

Por exemplo: se você tiver o número do processo administrativo da prefeitura de São Paulo, acesse o Portal de Processos para consultar o andamento dele.



- **Diário Oficial do Município (DOM)**

Você também pode consultar o DOM, que é um tipo de jornal da prefeitura. Nele você encontra publicadas todas as decisões da prefeitura feitas por cada uma das secretarias. Lá você pode encontrar também o número do processo administrativo de uma obra, ver o resumo da ata da reunião de um conselho etc.

Por exemplo: você pode buscar pela palavra-chave “Jardim Pantanal” e acompanhar todas as decisões da prefeitura para a região. Para isso, acesse o site do Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

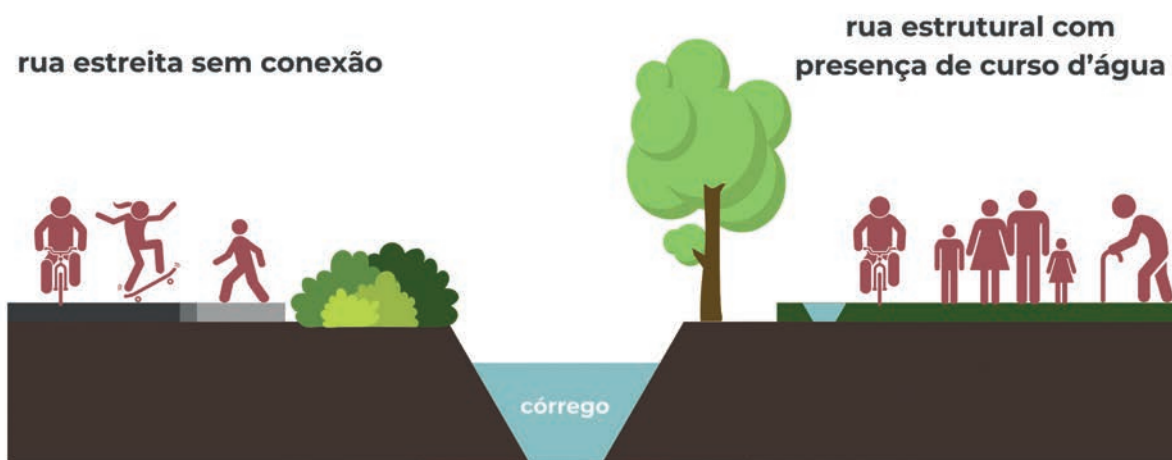


- **[P3] Ação: Nivelamento das ruas, pavimentação e microdrenagem**

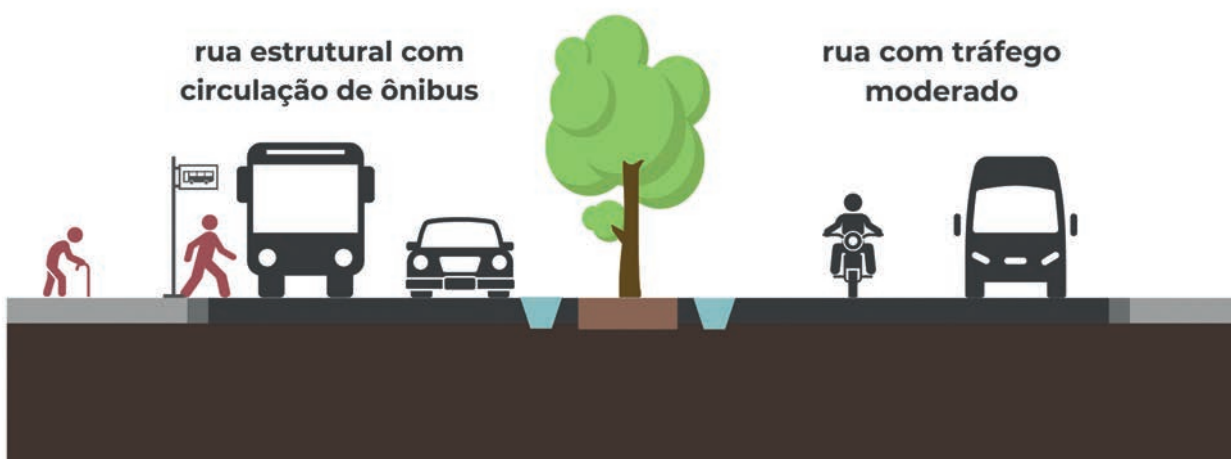
O que foi feito pela comunidade: identificação das ruas que, em função do processo de urbanização, tiveram seu perfil topográfico alterado e devem ser niveladas, considerando a previsão de soluções para escoamento da água pluvial e pavimentação adequada.



Hierarquização das ruas conforme a intensidade de circulação (pedestres, bicicletas e veículos), largura, conexão intrabairro, percursos e trajetos realizados; demarcação desde ruas com possibilidade de tráfego de transporte coletivo até ruas mais estreitas e/ou com menor circulação de automóveis.



Elaboração: Fábio Moraes, Joyce Reis - IAB-SP



Elaboração: Fábio Moraes, Joyce Reis - IAB-SP

- **[P4] Ação: Macro drenagem**

O que foi feito pela comunidade: mapeamento e diagnóstico sobre os motivos dos alagamentos somando os saberes técnicos e comunitários; identificação de alguns espaços públicos próximos ao rio e córregos. Participação em algumas reuniões e audiências públicas da Siurb. Ainda há necessidade de maior debate para definição das intervenções a serem realizadas.



- **[P5] Ação: Desassoreamento do Rio Tietê**

O que foi feito pelo poder público: o DAEE está em tratativas para contratação de empresa especializada para os trabalhos de desassoreamento do Rio Tietê com ações específicas, de acordo com o que foi planejado no Plano Diretor de Macro drenagem para a região compreendida entre o Córrego Três Pontes e a Barragem da Penha – esse trecho, chamado de Lote 3, contempla o Jardim Pantanal.



Você sabe o que é o Plano Diretor de Macro drenagem?

O Plano Diretor de Macro drenagem visa, em síntese, “diagnosticar os problemas existentes ou previstos no horizonte do projeto e determinar, do ponto de vista técnico-econômico e ambiental, as soluções mais interessantes.” Fonte: Plano Diretor de Macro drenagem - DAEE





AÇÕES DE CURTO PRAZO

- [C1] Ação: Implantação da rede cicloviária

O que foi feito pela comunidade: reformulação da proposta de rede cicloviária da FASE I em função das obras em execução e da proposta de tipologia das ruas.

Ação antecedente necessária: obras de pavimentação.



- [C2] Ação: Ampliação da quantidade de paraciclos no bairro

O que foi feito pela comunidade: solicitação de instalação de paraciclos nos principais pontos de grande circulação do Jardim Pantanal devido à alta demanda existente e do potencial aumento de ciclistas, considerando as melhorias urbanísticas voltadas à mobilidade.



Paraciclo existente na Rua Cachoeira Itaguassava. Foto: Joyce Reis

- **[C3] Ação: Implantação de sinalização viária**

O que foi feito pela comunidade: identificação da necessidade de instalação de sinalização viária para reduzir o número de acidentes em função da nova dinâmica territorial após realização das obras de pavimentação (controlar velocidade, locais de permissão de estacionamento, definir locais de travessia etc.).

Ação antecedente necessária: pavimentação e calçamento.



Audiência Pública em 15/08/2023. Cadernos de Drenagem Siurb, prefeitura de São Paulo. Foto: Luiz Nickel.

- **[C4] Ação: Ciclofaixa no Parque Jardim Helena**

O que foi feito pela comunidade: validação da necessidade da ciclofaixa e permissão de uso da bicicleta dentro do parque.

Ação antecedente necessária: Não há.



- **[C5] Ação: Distribuição de energia elétrica para toda a comunidade**

O que foi feito pelo poder público: já existe no local a cobertura de energia elétrica como também de iluminação pública. Mas é necessário ampliar a distribuição de energia elétrica no Jardim Pantanal, ofertando também a tarifa social.



AÇÕES DE MÉDIO PRAZO

- **[M1] Ação: Ampliação das rotas de ônibus**

O que foi feito pela comunidade: hierarquização das ruas, levantamento da largura das principais ruas, conexão intrabairro para auxiliar as possíveis rotas de miniônibus.

Ação antecedente necessária: obras de pavimentação.



- **[M2] Ação: Disponibilização de bicicletários**

O que foi feito pela comunidade: solicitação de instalação de paraciclos nos principais pontos de grande circulação do Jardim Pantanal devido à alta demanda existente e do potencial aumento de ciclistas, considerando as melhorias urbanísticas voltadas à mobilidade.

Ação antecedente necessária: conexão com a rede cicloviária e os equipamentos e transportes públicos.



- **[M3] Ação: Estacionamento comunitário**

Devido à falta de espaço no interior da comunidade, os veículos são deixados nas ruas e calçadas, estando sujeitos às enchentes e congestionamentos das vias.

O que foi feito pela comunidade: na FASE 1, o GT de Mobilidade e Espaços Públicos propôs alguns espaços livres e sem risco de enchentes na comunidade que poderiam servir como estacionamento comunitário.

Ação antecedente necessária: obras de microdrenagem e pavimentação; articulação da prefeitura de desapropriação de terrenos para instalação de estacionamentos comunitários.





Parque Fazendinha, Jardim Colombo - SP. Foto: Fazendinhando



Projeto Urbano do Córrego do Antônico - MMBB Arquitetos. São Paulo, 2009.

- **[M4] Ação: Espaços de brincar**

O que foi feito pela comunidade: identificação de espaços públicos residuais intrabairro que podem ter espaços públicos, de lazer e recreação, bem como a designação de ruas exclusivas para circulação de pedestres, veículos não motorizados e locais de acesso ao Rio Tietê.

Possibilidades: integrar as propostas no projeto de microdrenagem e pavimentação em desenvolvimento pela SP Urbanismo e ao Programa de Urbanismo Social.



- **[M5] Ação: Percurso seguro até as escolas**

O que foi feito pela comunidade: diagnóstico popular atestando a necessidade de rotas seguras para acesso às escolas, considerando a hierarquia viária, sinalização, qualificação da iluminação, espaços públicos de lazer etc.

Possibilidades: inserir ação dentro do Programa de Urbanismo Social onde o Jardim Pantanal entrou como um dos quatro territórios participantes previstos pelo Plano de Metas 2020-2024. Foi assinado um Acordo de Cooperação entre a prefeitura e o Instituto Alana.



- **[M6] Ação: Melhoria habitacional e ambiental**

O que foi feito pela comunidade: identificação de regiões do bairro conforme a necessidade de melhorias urbanísticas, habitacionais e ambientais. Essas regiões consideraram padrão das moradias, presença de arborização viária ou vegetação dentro dos lotes, topografia e presença de comércios e serviços. Foram definidas diretrizes de atuação em cada uma dessas regiões conforme as ações previstas.

Possibilidades: Programa Viver Melhor, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH), cuja finalidade é o repasse de verbas para a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) a fim de proporcionar melhorias e adequações habitacionais em assentamentos e áreas ocupadas e consolidadas dentro do estado de São Paulo.

Fonte: <https://www.cdhu.sp.gov.br/web/guest/programas-habitacionais/requalificacao-habitacional-e-urbana/viver-melhor>



AÇÕES DE LONGO PRAZO

- **[L1] Ação: Requalificação da orla fluvial e sistema de transporte hidroviário**

Está prevista a construção de um sistema de transporte coletivo hidroviário, que pode ser estendido até o Jardim Helena, para melhorar a acessibilidade no bairro.



- **[L2] Ação: Despoluição do Rio Tietê**

O Projeto Integra Tietê, do governo do estado, visa à realização de ampliações de rede de saneamento básico, desassoreamentos, gestão de pôlderes, entre outras medidas, e prevê investimento de R\$ 5,6 bilhões de reais até 2026 em obras de infraestrutura e educação ambiental para melhoria da vida do Rio Tietê.

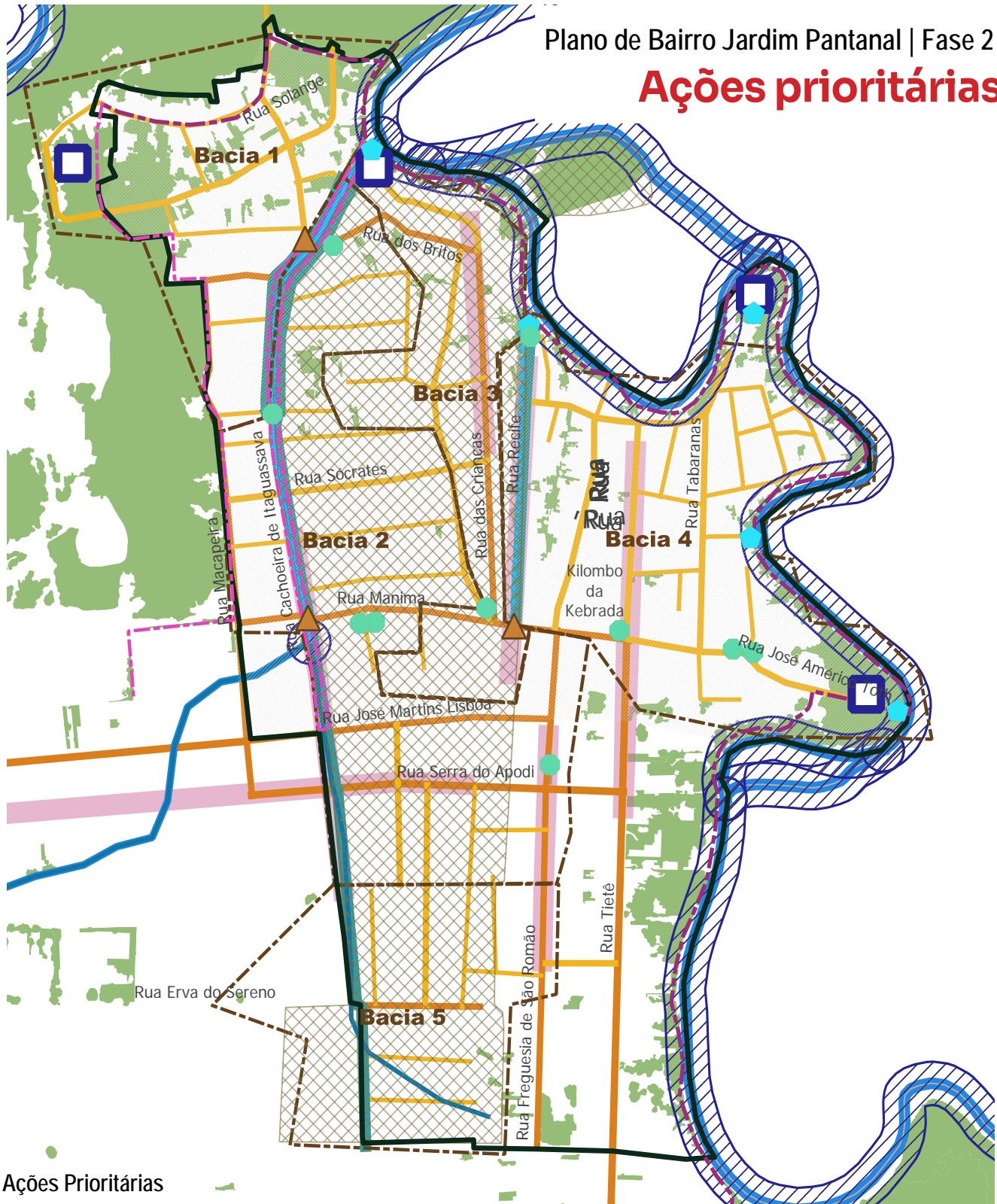
Fonte: <http://www.daee.sp.gov.br/site/integratiete-governo-de-sao-paulo-lanca-programa-para-gestao-conjunta-do-maior-rio-do-estado/>



2.4 Onde estão localizadas as ações prioritárias

É importante que os moradores definam onde estão localizadas as ações prioritárias para estabelecer a relação com as outras ações temáticas e realizar a integração planejada. Tendo essa informação, é mais fácil cobrar dos órgãos públicos as ações necessárias para implementá-las. Os mapas anexos a este caderno reúnem as ações prioritárias de mobilidade, espaços públicos, diretrizes de ocupação, infraestrutura e meio ambiente.

Ações prioritárias



Ações Prioritárias

[P1] Abastecimento de Água e Esgoto

▭ Subdivisão obras SABESP

▲ Estação Elevatória

[P2] Regularização fundiária

▭ Perímetro inicial

[P3] Nivelamento, pavimentação e drenagem

— Qualificar Córrego aberto + SBN

— Qualificar Córrego fechado

— Ruas drenantes compartilhadas

— Ruas com possibilidade de SBN

[P3] Nivelamento, pavimentação e drenagem

— Nivelamento necessário

— Ruas a Requalificar (não pavimentadas)

● Espaços Públicos dentro do bairro (SBN)

● Espaços Públicos Orla Tietê (SBN)

[P4] Macrodrenagem (Siurb-PMSP)

▭ Reservatório previsto

— Dique tipo 1

— Dique tipo 2

[P5] Desassoreamento do Rio Tietê

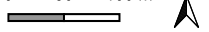
▭ Perímetro ilustrativo

— Área Verde

— Perímetro

— Hidrografia

0 50 100 m



Elaboração: Joyce Reis,
Fábio Moraes - IAB-SP

Fonte: Geosampa,
Sabesp, Siurb,
levantamento comunitário

3.

**Programa de ações
de cidadania e
desenvolvimento social**

Queremos melhorias sociais e territoriais

3.1 O que são ações de cidadania e desenvolvimento social?

Neste Plano de Bairro, entende-se como ações de cidadania e desenvolvimento social aquelas ações que contribuem para o acesso a direitos sociais básicos, como educação, saúde, cultura, emprego e renda, serviços públicos de qualidade, entre outros. Elas possibilitam o crescimento econômico, promovem o bem-estar da população e contribuem para a redução das desigualdades socioterritoriais. Cada ação pode ser concretizada por uma série de atividades.

3.2 Por que fazer ações de cidadania e desenvolvimento social?

Quando pensamos no desenvolvimento territorial, visamos a uma série de intervenções e melhorias que permitam qualificar o território de forma que sua população acesse o direito à cidade e usufrua da infraestrutura, com condições dignas de moradia e acesso a serviços básicos. Todavia, junto ao desenvolvimento territorial, é preciso considerar a integração de ações de desenvolvimento social, que permitem aos moradores acesso a seus direitos básicos, promovendo, assim, a justiça social.

Dessa forma, buscamos trazer no Plano de Bairro as ações de cidadania e desenvolvimento social que já existem, mas também outras possibilidades, de modo que a população local acesse e se desenvolva socialmente. Sempre surgem novas ações, por isso é preciso estar atento e acompanhar os canais de informações públicos, como o portal Gestão Urbana SP e a plataforma Participe Mais, ambas da prefeitura, além dos anúncios feitos em sua comunidade.

Dividimos as ações em cinco eixos temáticos, de maneira que permitam ao leitor compreender a contribuição de cada projeto, programa ou equipamento nos temas selecionados. São eles: cidadania; emprego e renda; saúde e bem-estar; acesso à internet; e educação. Alguns dos programas atendem a mais de um eixo temático, possibilitando mais resultados sociais e comunitários.

Veja as ações de cidadania e desenvolvimento social

3.3

3.3.1 Ações de Cidadania

- **Praça da Cidadania** – Programa que realiza melhorias urbanas através da implantação de equipamento que reúna espaços destinados ao esporte, ao lazer e à convivência comunitária, com a oferta de cursos de qualificação profissional e de políticas de assistência social em comunidades vulnerabilizadas em todo o estado de São Paulo.

Eixos: cidadania; educação.



- **Assessoria Jurídica** – Orientação jurídica para pessoas de baixa renda, oferecida através da clínica jurídica UniBairro, da Universidade Presbiteriana Mackenzie em parceria com o Projeto Urbanizar e o Espaço Alana.

Eixo: cidadania.



- **Espaço Alana (Rua Erva do Sereno, 642, Jardim Pantanal)** – Espaço de convivência comunitária que dispõe de biblioteca, brinquedoteca e auditório para palestras, cursos, aulas e eventos de interesse da comunidade.

Eixos: cidadania; acesso à internet; educação.



- **Capacitação Controle Social e Cidadania** – Curso de capacitação para o público sobre os temas de controle social e cidadania, oferecidos pela Controladoria-Geral do Município (CGM) e Divisão de Fomento ao Controle Social (DFCS).

Eixos: cidadania; educação.



- **Participe Mais** – Plataforma que proporciona um ambiente para a discussão e formulação de políticas públicas municipais de maneira colaborativa entre população e governo, por meio de consultas públicas, orçamento cidadão e votações.

Eixo: cidadania.



- **Wi-Fi Livre SP** – Programa que consiste na instalação de pontos de acesso à internet em locais públicos, permitindo que qualquer cidadão possa se conectar à rede e ter acesso à cidadania por meio da inclusão digital.

Eixos: cidadania; acesso à internet.



3.3.2 Ações de Emprego e Renda



- **Rede Cozinha Escola** – Fornecer capacitação na área de serviços de alimentação e, simultaneamente, produzir refeições para distribuição à população vulnerável da Cidade de São Paulo por meio de parceria entre a prefeitura e Organizações da Sociedade Civil (OSCs).
Eixos: emprego e renda; saúde e bem-estar; educação.



- **TEIA** – Espaços colaborativos de trabalho, ou coworkings, são locais compartilhados que possuem toda a infraestrutura e o suporte necessário para trabalho remoto, por meio do qual empreendedores podem gerar renda e fortalecer seus negócios.
Eixos: emprego e renda; acesso à internet; educação.



- **POT Agricultura – Programa Operação Trabalho** – Procura a formação de agentes de produção agroecológica, oferecendo qualificação profissional remunerada por meio de bolsas nas atividades de agricultura urbana e periurbana, com capacitação teórica e prática em agroecologia, boas práticas de cultivo, manejo do solo, preparação de mudas, poda e manejo de árvores frutíferas, produção e aplicação de bioinsumos (qualquer material de origem biológica, como biofertilizantes), comercialização de produtos agroalimentares, entre outros.
Eixos: emprego e renda; saúde e bem-estar; educação; cidadania.



- **CAE Leste** – Casa de Agricultura Ecológica da Zona Leste (Rua Candapuí, 492, Penha - dentro da Subprefeitura da Penha). As CAEs são equipamentos de referência para os locais de agricultura da cidade. Suas equipes são compostas de engenheiras(os) agrônomas(os), técnicas(os) agrícolas e gestoras(es) ambientais que fornecem Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) aos locais de agricultura, a partir de ampla variedade de programas e serviços de beneficiamento direto a agricultoras e agricultores e sua atividade agrícola.
Eixos: emprego e renda; saúde e bem-estar; cidadania.

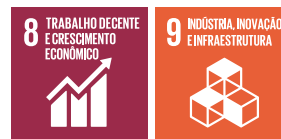
- **Programa Mãos e Mentes Paulistanas** – Visa à melhoria da atividade econômica e social dos artesãos e manualistas paulistanos cadastrados com o intuito de qualificá-los e facilitar sua carreira empreendedora autônoma. De modo a alcançar esse objetivo, são promovidas diversas atividades que fortalecem o citado ecossistema, além de estimular a inclusão produtiva e o acesso ao mercado e fomentar o desenvolvimento econômico e a geração de renda no âmbito local.

Eixos: emprego e renda; educação.



- **Fábrica de Negócios** – Tem como objetivo principal a realização de cursos de empreendedorismo para pessoas que já possuem uma ideia de negócio mas não sabem como desenvolvê-la e validá-la para o mercado consumidor.

Eixos: emprego e renda; educação.



- **SP Coopera** – Desenvolve instrumentos de intercâmbio para facilitar a troca de informações entre as cooperativas, estimulando a inclusão de pessoas capacitadas e/ou em situação de vulnerabilidade em novas frentes nas cooperativas já consolidadas, além de estimular a autogestão, incentivando práticas que desenvolvam sua capacidade de evolução e autonomia. Presta apoio técnico, orientação jurídica e financeira, por meio de parcerias, às cooperativas e empreendimentos coletivos, a fim de potencializar seu desempenho e sustentabilidade econômica, contribuindo com o desenvolvimento das atividades cooperativistas no âmbito do município de São Paulo.

Eixos: emprego e renda; saúde e bem-estar; educação; cidadania.



- **VAI TEC** – Apoia empreendedoras(es) jovens de baixa renda para transformar suas ideias inovadoras em negócios tecnológicos sustentáveis. O programa possui quatro etapas: inspiração, ideação, validação e pré-aceleração. Ao longo das etapas, são promovidos encontros para sensibilizar os jovens para o empreendedorismo, palestras, workshops e mentorias, além de apoio financeiro para os projetos selecionados pelo edital.

Eixos: emprego e renda; educação.





- **SAMPACAST** – É uma sala de podcast e videocast totalmente gratuita equipada com toda a infraestrutura de gravação e iluminação para conteúdo de áudio e audiovisual. O objetivo é incentivar o desenvolvimento profissional em um momento de grande expansão do segmento e fortalecer a criação de conteúdos informativos e educativos nas mais diversas áreas do universo empreendedor.

Eixos: emprego e renda; educação.



- **AVANÇA TECH** – Programa multissetorial da prefeitura de São Paulo que incentiva o progresso do setor de tecnologia no município, proporcionando a qualificação profissional gratuita, o aumento da empregabilidade, o fortalecimento do ecossistema de *startups* e pequenos empreendedores tecnológicos, a atração de novas companhias tecnológicas e a melhoria do ambiente de negócios.

Eixos: emprego e renda; educação.



- **VAI TEC GAMES** – Tem o objetivo de disseminar a cultura e a educação empreendedoras e fomentar a inserção no ecossistema de empreendedorismo, inovação, tecnologia e games da capital paulista.

Eixos: emprego e renda; educação.



- **AMPLIFICA CINE** – O programa procura reconhecer e estimular o potencial econômico e criativo do audiovisual paulista e seu impacto no âmbito cultural e social. O Amplifica Cine atua no desenvolvimento, financiamento e implementação de ações que configuram um programa de políticas para os setores de cinema, TV, games e novas mídias, prospectando o mercado para troca de experiências e escoamento de produção de produtos e serviços do setor de audiovisual.

Eixos: emprego e renda; educação.

3.3.3 Ações de Saúde e Meio Ambiente

- **Horta Comunitária** – Espaço coletivo de produção de alimentos da terra, produzidos através da contribuição voluntária de moradores do território.
Eixos: saúde e bem-estar; educação.



- **Hortas Escolares** – Hortas produzidas em escolas como estratégias para promover saúde e um aprendizado significativo sobre meio ambiente, educação e currículo, alimentação e nutrição.
Eixos: saúde e bem-estar; educação.



- **Sampa + Rural** – Plataforma que reúne iniciativas de agricultura, turismo e alimentação saudável em um só lugar.
Eixo: cidadania.



- **Projeto Viver Melhor SP** – O projeto, realizado pelo Instituto Barrichello no Espaço Alana, proporciona gratuitamente aulas de atividades físicas para pessoas da terceira idade com o objetivo de promover a prática regular junto a idosos, proporcionando desenvolvimento integral e manutenção da independência física para uma velhice saudável.
Eixo: saúde e bem-estar.



- **Curso de Cidadania, Controle Social e LAI** – Oferecido pela CGM, o curso de Cidadania, Controle Social e Lei de Acesso à Informação (LAI) visa instrumentalizar a população para promover transparência, participação e controle social na gestão pública municipal.
Eixo: cidadania.



3.3.4 Ações de Esporte, Cultura e Lazer



- **Rede Olímpica** – A prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (Seme), oferece às crianças e jovens a Rede Olímpica, visando formar futuros atletas em modalidades olímpicas. Os jovens com melhor desempenho serão posteriormente encaminhados ao Centro Olímpico, para se tornarem atletas de alto rendimento.

Eixo: saúde e bem-estar.



- **Ruas de Lazer** – As Ruas de Lazer complementam uma vasta rede de atrações culturais e de lazer oferecidas pela cidade – como museus, parques, áreas naturais, teatros, casas de shows e clubes sociais – e que podem ser encontradas próximas à sua casa. Além das atividades, o programa garante a preservação de iniciativas populares, de natureza física e esportiva, como fator de identidade cultural da comunidade, espaços para a expressão dessas manifestações culturais da população paulistana e a organização popular no planejamento e gerenciamento das atividades dessas ruas.

Eixo: saúde e bem-estar.



- **Casa de Cultura São Miguel Paulista** – Tem como objetivo ampliar a oferta de opções culturais e manifestações artísticas nas periferias, respeitando a particularidade de cada região.

Eixo: cidadania.



- **Programa VAI** – O Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais (VAI) foi criado em 2003 para apoiar financeiramente coletivos culturais da cidade de São Paulo, principalmente de regiões com precariedade de recursos e equipamentos culturais. Organizado sob duas modalidades, contempla grupos de jovens iniciantes e grupos de jovens e adultos com experiência comprovada de, no mínimo, dois anos.

Eixo: cidadania.



- **Programa Jovem Monitor Cultural** – Voltado para o desenvolvimento artístico e atendimento ao público, o Jovem Monitor Cultural foi iniciado em 2008, na cidade de São Paulo, e é focado na formação de jovens de 18 a 29 anos para atuação em equipamentos e departamentos culturais.

Eixo: cidadania.

4.

Estratégias de governança

Como continuar a conquista das ações previstas

4.1 O que são políticas, programas e projetos públicos



As **políticas**, em geral, envolvem o planejamento e a orientação para uma área temática, como, por exemplo, habitação, meio ambiente e mobilidade para efetivar a garantia de direitos previstos a todo cidadão. Cabe às políticas preverem a diversidade de soluções necessárias ao enfrentamento dos problemas identificados, bem como seu planejamento, ações necessárias e fontes de financiamento. Como exemplo, podemos citar a política de habitação, que prevê soluções por meio da construção de novas moradias, urbanização de favelas, regularização fundiária, entre outras.

Já os **programas** são as ações operacionais para efetivar a política. Eles permitem atuação para uma solução específica, definem o desenho institucional (órgãos do governo) responsável pela execução e, em geral, podem ser utilizados em diversas partes do território que demandam investimento. No mesmo caso do exemplo na área habitacional, podemos citar o programa habitacional Minha Casa Minha Vida, voltado à construção de novas moradias. Na área de educação, por exemplo, temos o Programa Universidade para Todos (Prouni), que prevê conceder bolsas de estudos a estudantes em universidades particulares.

Por fim, os **projetos** preveem demarcação territorial e orçamento específico voltados à implementação de uma intervenção (realização de obra, implementação de ações etc.).

Entre as ações que estamos pensando para o Jardim Pantanal, buscamos identificar se elas estão previstas ou sendo enfrentadas pelas políticas públicas, programas e/ou projetos existentes.

Teoria da Mudança 4.2

POR QUE FAZER?

A Teoria da Mudança é uma ferramenta visual e de lógica que busca, de maneira simples, desenhar os processos a serem seguidos por uma ação ou projeto. É muito utilizada por organizações e projetos sociais para avaliar e monitorar políticas públicas. Ela tem como proposta estabelecer objetivos de curto, médio e longo prazos e seus respectivos resultados e impactos que guiarão o caminho de todo o processo de implementação da avaliação de impacto.

No desenvolvimento e implementação do Plano de Bairro, ela é de extrema importância para o monitoramento das ações, resultados e impactos esperados.

INSUMOS	ATIVIDADES	PRODUTOS		RESULTADO À SOCIEDADE
Recursos humanos, físicos e financeiros	Linhas de ação e programas de intervenção	Produtos e serviços ofertados à população-alvo	Mudanças tangíveis em variáveis-chave relacionadas à atividade local e valorizadas pela população-alvo	Transformações sociais mais amplas causadas pela intervenção

Fonte: Guia de Avaliação de Impacto Socioambiental, Insper Metricis - 2023

POR QUE FAZER?

Decidimos utilizar esta ferramenta em nosso plano de ação, pois ela nos permitirá enxergar o horizonte que queremos alcançar, como também as atividades e entregas que deverão ser realizadas para que a comunidade desfrute das mudanças pensadas e desejadas pelos moradores durante os processos de construção coletiva para o desenvolvimento social e territorial do Jardim Pantanal.

COMO FIZEMOS?

Para trazer um melhor entendimento sobre o processo de intervenções urbanísticas e sociais que mapeamos, optamos por desenvolver uma Teoria da Mudança que compreendesse as transformações sistêmicas que almejamos no território, a começar pelas ações prioritárias. Outra alteração que fizemos foi adicionar uma coluna denominada “atores envolvidos”, para facilitar a identificação das partes envolvidas e interessadas em cada área temática. Também adicionamos uma linha abaixo da estrutura, como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) que possuem correlação com os resultados e impactos esperados, a partir das intervenções.

Teoria da Mudança - Jardim Pantanal

ATORES

- Moradores do bairro do Jardim Pantanal
- Associação de Moradores
- Organizações da Sociedade Civil (OSC)
- Movimentos sociais ligados ao direito à cidade
- Secretarias municipais e estaduais
- Empresas de administração pública (Sabesp, DÁEE etc.)

INSUMOS

- Moradores do bairro engajados nas atividades de desenvolvimento e implementação do plano
- Relatório da Fase I do Plano de Bairro, com propostas indicadas
- Parcerias com OSCs
- Parcerias com instituições de ensino superior (público e privado); articulação intersecretarial nos governos municipais e estaduais
- Fundos públicos e privados para o desenvolvimento de projetos e obras de infraestrutura urbana

ATIVIDADES

- Articular na comunidade a participação dos moradores nos processos de desenvolvimento e implementação do plano
- Desenvolver e participar de oficinas de detalhamento e validação de propostas
- Articular junto às diversas secretarias municipais o mapeamento de ações e projetos propostos para o território
- Priorizar ações e projetos de intervenção territorial
- Execução de obras de infraestrutura urbana
- Monitoramento de projetos e intervenções

PRODUTOS

- Intervenções de infraestrutura urbana no território (drenagem, saneamento e pavimentação)
- Limpeza dos córregos e do Rio Tietê
- Hierarquização e sinalização de vias para redução de acidentes de trânsito
- Malha cicloviária conectada ao bairro, facilitando o deslocamento seguro de ciclistas
- Criação de espaços de brincar e convivência de crianças, jovens, adultos e idosos
- Arborização urbana para melhor conforto ambiental e preservação do ambiente
- Ações socioculturais de fortalecimento de vínculos comunitários
- Formação de lideranças comunitárias para incidência política

RESULTADOS

- Moradores do Jardim Pantanal sofrem menos com alagamentos e enchentes no bairro
- Mobilidade urbana facilitando o deslocamento dos moradores e visitantes no bairro e fora dele
- Espaços públicos revitalizados para promoção de saúde e bem-estar
- Redução das situações de vulnerabilidade e risco social no bairro
- Participação social dos moradores em conselhos e espaços de tomada de decisão

IMPACTOS

- Melhoria da qualidade de vida dos moradores do Jardim Pantanal;
- Jardim Pantanal deixa de estampar as notícias com casos de enchentes
- Jardim Pantanal vira exemplo de comunidade adaptada ao convívio com as águas
- Fortalecimento do comércio local e geração de renda para os moradores do bairro
- Moradores do Jardim Pantanal acessam o direito à cidade a partir das intervenções realizadas no bairro

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados:



4.3 Governança

4.3.1 O que é e por que fazer

Uma comunidade cada vez mais organizada, trabalhando coletivamente e para pleitear ações e investimentos junto aos órgãos públicos, seja por meio de seus diversos agentes ou esferas de participação. Essa interação e engajamento entre as pessoas (moradores, poder público, parceiros) com objetivo de executar intervenções (nesse caso, intervenções públicas) é o que chamamos de governança.

Pedir e acompanhar melhorias são ações que muitos dos moradores do bairro já fazem, mas que podem ganhar mais força se forem ampliados e aprimorados os mecanismos de interação com o poder público, de forma organizada e articulada, inclusive contando com o apoio de outros segmentos da sociedade e do terceiro setor (Organização Não Governamental – ONG, por exemplo).

Os resultados obtidos a partir da melhoria da governança são identificados desde o empoderamento comunitário, ampliação da participação política, até o aumento do atendimento por serviços públicos e execução de obras públicas.

4.3.2 Como fazer

Para quem está conhecendo o Plano de Bairro agora:

- organizar-se coletivamente por uma causa, por exemplo, por mais professores nas escolas ou por melhorias em uma região;
- associar-se a organizações locais (associações de bairro, igrejas, times de futebol, entre outras);
- participar de debates públicos (participar das reuniões do Conselho Participativo Municipal (CPM) e conversar com o representante eleito para levar as pautas da comunidade; reuniões com a Sabesp por conta das obras em andamento etc.);

Essas são formas de conhecer os demais moradores, engajar-se e batalhar para implementar ações tão desejadas para o bairro.

Para quem já se reúne com outros moradores:

Há outras práticas sociais existentes no Jardim Pantanal que podem ajudar com este processo:

- no grupo de moradores que jogam futebol;
- no grupo de mães que debatem as demandas ligadas à escola;
- na aula de zumba que ocorre toda semana.

Esses espaços coletivos podem contribuir para a conquista de melhorias no bairro!

Para quem já está envolvido em grupos e coletivos:

- ocupar os espaços dentro do poder público, onde é possível falar – e ser ouvido – sobre as necessidades da comunidade, por meio dos conselhos de representação e programas quando abertos à participação da sociedade.

4.3.3 Quem se envolve

COMUNIDADE



- Moradores
- Moradores junto aos conselhos públicos
- Coletivos e movimentos sociais

PODER PÚBLICO



- Esferas de representação setoriais
- Canais de comunicação das secretarias e subprefeitura
- Momento de debate e implementação de planos, programas e projetos

SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA



- Associações de bairro
- ONGs
- Fundações
- Institutos
- Negócios sociais

Alguns moradores do Jardim Pantanal já são representantes eleitos em conselhos de representação junto a órgãos públicos. Precisamos ampliar essa capacidade de dar voz às necessidades do bairro e aos problemas existentes, seja a partir da indicação de demandas aos representantes eleitos, seja tentando ocupar esses espaços.

Jardim Pantanal: Um bairro feito a muitas mãos!

Em 21/10/2023 foi realizado um evento no âmbito da programação do Circuito Urbano da ONU Habitat de resgate de memórias orais da história do Jardim Pantanal, como se deu sua ocupação urbana, quais as potências, desafios, atores, lideranças e pessoas importantes nesse processo todo e um olhar para o planejamento futuro, relacionando os temas já trabalhados no Plano de Bairro. O evento foi dividido em três grandes eixos e foram feitas dinâmicas também com as crianças:

1. Eixo “PASSADO”: retomada da história do bairro a partir da observação de fotos e da narrativa dos moradores, homenagem às lideranças que já se foram;
2. Eixo “PRESENTE”: olhar para os avanços e desafios do presente (celebrar a conquista do saneamento básico, as tratativas de drenagem);
3. Eixo “FUTURO”: pensar no futuro a partir das discussões que já estão sendo feitas no Plano de Bairro.



Veja o que rolou no evento apontando sua câmera para o QR Code ao lado!

4.4 Como implementar as ações previstas

Na FASE I foi levantado o conjunto de ações necessárias ao bairro. Vimos que na FASE II foi preciso definir prioridades para conseguir conquistar essas mudanças ao longo do tempo, sendo que algumas acontecerão mais rápido do que outras.

Quando for o momento de realizar as ações, será preciso juntar os parceiros que podem ajudar a conquistá-las e debatê-las mais detalhadamente para, assim, conseguir cobrar dos órgãos públicos sua execução!



4.4.1 Identificar os demais parceiros e organizações que atuam na região e no tema

Algumas sugestões para o grupo:

- colocar as ideias de governança em prática;
- criar um grupo de governança para a ação;
- solicitar que cada pessoa envolvida encaminhe a ação pleiteada em sua respectiva entidade;
- realizar reuniões periódicas sobre o andamento da ação.

4.4.2 Detalhar a ação e divulgá-la

Algumas formas para detalhar a ação:

- **no território:** identificando as quadras e ruas próximas.
Ex: nomes das ruas não pavimentadas com demarcação no mapa.
- **no tempo:** relatando se houve alguma ação no passado, qual a situação no presente e, se possível, prever se há etapas para sua elaboração no futuro.
Ex: pavimentação ecológica drenante feita na Rua Freguesia de São Romão pela prefeitura de Guarulhos em 2005. Hoje existem ruas com nivelamento ruim que provocam enchentes.
- **por tipo/categoria:** verificando se é possível dividir a ação em tipos para considerar especificidades que só os moradores conhecem.
Ex: ruas com tráfego intenso, ruas muito estreitas, ruas sem calçadas.
- **por relevância ou impacto no território:** estabelecendo com os demais moradores quais categorias da ação são mais importantes.
Ex: na pavimentação, priorizar ruas de maior tráfego.

A partir desse detalhamento, é importante consolidá-lo em materiais para divulgação, que podem ser feitos a partir de documentos (texto e imagens), vídeos (relatando as situações), capacitação de pessoas para falar em eventos públicos (representantes ou não), redes sociais (para ampliar o conhecimento público sobre o assunto) etc.

4.4.3 Identificar e cobrar o que pode ser feito pelos órgãos do governo responsáveis

Algumas formas de incidir na ação:

- **incluir na agenda pública**
 - identificar os programas existentes;
 - aproveitar momentos de debates públicos e incluir o Jardim Pantanal nas demandas (revisão do Plano Diretor, elaboração ou revisão de projetos, ou políticas setoriais, entre outros).
- **exigir recursos**
 - identificar orçamento vigente, fontes de recursos disponíveis e incidir na previsão orçamentária;
 - solicitar inclusão de ações nas fontes de recursos identificadas;
 - a cada ciclo de debate do orçamento público, incluir as ações necessárias, fazendo o Jardim Pantanal sempre estar presente.
- **estabelecer formas de diálogo**
 - identificar as esferas de participação, representantes da sociedade civil nos colegiados públicos, canais de contato, formalizar pedido por processo administrativo etc.;
 - solicitar a inclusão das ações previstas no debate público das várias políticas públicas (habitação, meio ambiente, transporte, educação, saúde, cultura etc.);
 - acompanhar os processos administrativos para cada uma das intervenções e ações públicas.

Conheça as principais ações do planejamento orçamentário:

Plano Plurianual (PPA)

Dispõe os programas com metas e indicadores para quatro anos

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Descreve as diretrizes e metas fiscais para o ano

Lei Orçamentária Anual (LOA)

Estabelece os recursos necessários para realização das ações de alcance das metas estabelecidas



Aponte sua câmera para o QR Code ao lado e saiba mais sobre o Fundurb!

Você sabe o que é Fundurb?

É o Fundo de Desenvolvimento Urbano, onde recursos financeiros são aplicados para o investimento em projetos e programas de desenvolvimento urbano como, por exemplo, habitação, requalificação de espaços públicos, calçadas, ciclovias, entre outros.

4.5 Instituir o Conselho Gestor de ZEIS

Vimos nas diretrizes de habitação a necessidade da criação do Conselho Gestor de ZEIS em função do bairro ser uma ZEIS 1 com início de obras, bem como andamento do processo de regularização fundiária. Essa é uma grande oportunidade de a comunidade continuar seu engajamento por melhorias no bairro, a partir da qual é possível exigir participação e acompanhamento do processo de formulação e decisão das obras previstas.

É assim que podemos fazer parte de um processo de planejamento participativo do território!

Junto ao processo de regularização fundiária foi incluído o pedido de criação do Conselho Gestor em julho de 2023. Mas é preciso lutar para que ele seja criado e efetivado. Se você faz parte ou frequenta outros conselhos de participação ou se você participa de reuniões sobre as obras previstas no bairro, levante essa questão! A comunidade também pode se organizar para reforçar o pedido de criação do Conselho Gestor para a Sehab e a prefeitura.

Enquanto a população luta por essa demanda, é possível realizar reuniões preparatórias dentro da comunidade para identificação dos interessados em compor o Conselho Gestor de ZEIS e reunir os materiais e conhecimento sobre as obras previstas e sobre as demarcações das ações no território.

O Conselho Gestor deve:

- ser composto de representantes do poder público (incluindo concessionárias de serviços públicos), de associações ou instituições locais e dos moradores da ZEIS;
- ser criado por meio de eleição na comunidade a partir da criação de uma comissão eleitoral;
- ter o número de integrantes definido em função do número de moradores ou de famílias a serem atendidas na área abrangida pelo Plano de Ação Integrada, sendo, no mínimo, quatro (Decreto) e, no máximo, dez representantes da sociedade civil (Portaria SEHAB 146/2016);
- ser paritário, ou seja, a mesma quantidade de cadeiras para os moradores deverá ser dada aos representantes do poder público;
- garantir que seus integrantes sejam moradores do perímetro de ação previsto;
- ter mandato de três anos, sendo possível única reeleição;
- elaborar e aprovar seu Regimento Interno, bem como a forma de participação da população e de organizações não governamentais atuantes na área em suas discussões e nas deliberações referentes ao Plano de Urbanização (Portaria SEHAB 146/2016, art. 7º).

Importante definir um responsável para acompanhar a constituição do Conselho Gestor junto à Sehab!

Fique atento também aos decretos e portarias que regulamentam a criação dos Conselhos Gestores!

Monitoramento 4.6

Outra etapa da FASE II é o monitoramento das ações. E através dele que acompanhamos a realização de cada ação que será realizada no território a fim de garantir sua concretização. Pensando nisso, disponibilizamos uma coluna no Quadro de Ações Integradas para que todos os moradores possam fazer o acompanhamento. É uma forma de avaliar e monitorar o desempenho das ações e verificar se cada uma delas está ocorrendo conforme o planejado.

4.6.1 O que são indicadores

Os indicadores são medidas quantificáveis que utilizamos para verificar o desempenho de uma ação, projeto ou programa.

No Quadro de Ações Integradas, disponibilizado na página 90, há uma coluna de monitoramento que você poderá usar para se apoiar no momento em que quiser cobrar, acompanhar e monitorar cada ação do Plano de Bairro do Jardim Pantanal. Esse controle comunitário poderá ser feito de diversas maneiras junto aos seguintes setores:

- Conselho Participativo Municipal (CPM) da subprefeitura local;
- órgãos colegiados ou em seus representantes (Conselho Municipal de Política Urbana, de Habitação, do Meio Ambiente etc.);
- processos de consulta pública (Orçamento Cidadão, revisão de legislação, audiência sobre projetos na região etc.);
- pedidos da Lei de Acesso à Informação (LAI);
- consulta a processos administrativos ou eletrônicos.

4.6.2 Indicadores de monitoramento

Para cada ação do Plano de Bairro foram selecionados indicadores de monitoramento conforme sua natureza:

ESPAÇO PÚBLICO

- número de espaços de convivência criados ou reformados.

INFRAESTRUTURA

- redução no número de eventos de enchentes e inundações nos locais identificados pelo mapa das chuvas;
- quilômetros de ruas e vielas pavimentadas;
- percentual de casas com abastecimento de água;
- percentual de casas com fornecimento de energia elétrica regular;
- quilômetros de ruas que receberam microdrenagem.

MEIO AMBIENTE

- número de árvores existentes x número de novas árvores plantadas;
- percentual de resíduos sólidos gerados x reciclados.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- número de ações sociais desenvolvidas no território;
- aumento na renda *per capita* do bairro;
- número de empreendimentos comerciais existentes x número de empreendimentos criados.

4.7 Impacto no território

É preciso definir como ações prioritárias aquelas consideradas mais importantes pela comunidade e que sejam possíveis de serem realizadas pelos órgãos responsáveis. É preciso que essas ações atendam o maior número de moradores e que sejam estruturantes para o território.

Por esse motivo, ao pensar no detalhamento e priorização, optamos por articular com outras demandas, tais como as questões de drenagem (enfrentando as demandas nas ruas que mais sofrem por alagamento, por exemplo) nas ruas que dão acesso ou estão no entorno de equipamentos públicos (escolas e posto de saúde) e também em áreas da comunidade desprovidas de urbanização e que necessitam de investimentos (região próxima ao Rio Tietê, demarcada como ruas a requalificar).

A partir dessa priorização, a implantação das infraestruturas no território formará uma estrutura ligada aos principais eixos de mobilidade e qualificará o deslocamento cotidiano da população em função dos principais usos e demandas da comunidade.

Foto: Braga Drones



5.

Minuta de Aprovação do Plano de Bairro

Garantindo o reconhecimento
do Plano de Bairro

5.1 O que é?

São vários os instrumentos para garantir a gestão democrática da cidade, entre eles o Plano de Bairro (PDE Lei 16.050/2014, art. 320). Cada um deles contribui para a implementação e acompanhamento do Plano Diretor, bem como dos planos, programas e projetos setoriais (habitação, mobilidade, infraestrutura etc.) e locais (subprefeitura).

As premissas definidas pelo Plano Diretor para elaboração dos Planos de Bairro estabelecem que:

- podem ser elaborados por associações ou representantes de moradores;
- devem garantir a participação dos Conselhos Participativos Municipais;
- devem ser considerados na revisão dos planos regionais;
- devem ser internalizados nos respectivos Planos de Ação das subprefeituras.

5.2 Por que fazer?

A recente revisão do Plano Diretor estabeleceu que “deverá ser previsto procedimento para a elaboração dos Planos de Bairro”, com definição de etapas, análise de admissibilidade, compatibilidade com a normatização vigente e garantia de participação popular (PDE 16.050/2014, art. 347, § 3o). Cabe à prefeitura fomentar a elaboração de Planos de Bairro para fortalecer o controle social e promover melhorias urbanísticas, ambientais, paisagísticas e habitacionais por meio de ações programadas. Enquanto não há regulamentação para o desenvolvimento dos Planos de Bairro, queremos contribuir com esse processo de reconhecimento do Plano de Bairro do Jardim Pantanal e colaborar para que a prefeitura avance nessa regulamentação.

A obtenção de reconhecimento do Plano de Bairro por meio de instrumentos jurídicos junto às instâncias da administração pública municipal é crucial para agilizar sua implementação e assegurar sua efetividade no sistema de planejamento de ações e investimentos, como já foi demonstrado anteriormente (obras de drenagem por parte da Siurb e SPURB, projeto de urbanismo social pela Secretaria de Governo, ações de regularização fundiária pela Sehab, entre outras)..

5.3 Como fazer?

A melhor maneira de garantir o reconhecimento do Plano de Bairro pelo poder público é buscar sua aprovação no Conselho Participativo. Complementarmente, é possível buscar o reconhecimento do plano também junto ao Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU) (PDE 16.050/2014, art. 348, § 3o).

Sendo uma das primeiras experiências do Plano de Bairro, entendemos ser fundamental debater junto ao CMPU. Assim, as secretarias responsáveis pelas políticas setoriais ficam cientes, bem como as demais organizações da sociedade civil.

Nesse sentido, pretendemos organizar os conteúdos desenvolvidos pela população também na forma de normativa urbanística, mediante texto jurídico e mapas para auxiliar na incorporação pelo sistema de planejamento urbano.



O Plano de Bairro do Jardim Pantanal é uma das primeiras experiências de elaboração! Aponte sua câmera para o QR Code ao lado e leia a Minuta de Aprovação!

6.

Detalhamento das ações integradas

Fichas de ação do Plano de Bairro

Quadro de Ações Integradas

	O QUE SERÁ FEITO?	POR QUE SERÁ FEITO?
AÇÕES PRIORITÁRIAS	P1. Abastecimento de água e saneamento	Garantir acesso à água e saneamento
	P2. Regularização fundiária	Garantir o direito à moradia
	P3. Nivelamento das ruas, pavimentação e microdrenagem	Reduzir os casos de enchentes e alagamentos e melhorar o escoamento e circulação nas vias
	P4. Macrodrenagem	
	P5. Desassoreamento do Rio Tietê	Limpeza e manutenção do Rio Tietê
AÇÕES DE CURTO PRAZO	C1. Implantação da rede cicloviária	Melhorar as condições de mobilidade no bairro, incentivar o uso da bicicleta e garantir a segurança de pedestres e ciclistas
	C2. Ampliação da quantidade de paraciclos no bairro	
	C3. Implantação de sinalização viária	
	C4. Ciclofaixa no Parque Jardim Helena	
	C5. Distribuição de energia elétrica para toda a comunidade	Melhorar a infraestrutura elétrica e o fornecimento de energia elétrica
AÇÕES DE MÉDIO PRAZO	M1. Ampliação das rotas de ônibus	Melhorar o acesso ao transporte público dentro do bairro
	M2. Disponibilização de bicicletários	Para o armazenamento de bicicletas no interior da comunidade
	M3. Estacionamento comunitário	Reduzir o número de carros estacionados em locais inadequados
	M4. Espaços de brincar	Garantir o brincar das crianças e melhorar a segurança no deslocamento até as escolas
	M5. Percurso seguro até as escolas	
	M6. Melhoria habitacional e ambiental	Melhoria interna e externa de domicílios
AÇÕES DE LONGO PRAZO	L1. Requalificação da orla fluvial e sistema de transporte hidroviário	Ampliar a acessibilidade no distrito do Jardim Helena
	L2. Despoluição do Rio Tietê	Melhoria da qualidade da água e recuperação da fauna e flora

POR QUEM SERÁ FEITO?	QUAL É O ANDAMENTO?
Sabesp	EM ANDAMENTO
Siurb	
Siurb e SP Urbanismo	PREVISTA
DAEE	EM ANDAMENTO
<p>C1, C2: Siurb; C3: CET; C4: DAEE; C5: Enel; M1: CET, SPTrans; M2: PMSP</p>	PROPOSTA
Associação de Moradores	PREVISTA
<p>M4: SMUL, SP Urbanismo, subprefeitura; M5: CET, SPTrans</p>	PROPOSTA
CDHU	
DAEE	PREVISTA

6.1 Conhecendo as fichas

As fichas foram pensadas de acordo com o Quadro de Ações Integradas. Com o objetivo de facilitar a leitura individual de cada linha de ação, elas foram organizadas em quatro blocos, em que o primeiro, chamado de “Conheça a ação”, é um espaço para você conhecer o que é e por que tal ação foi pensada, como também analisar com quais áreas cada uma possui integração.

Já no segundo bloco, a parte chamada de “Detalhamento da ação” conta um pouco mais sobre a escala de prioridade, a situação de andamento, bem como sobre os atores envolvidos e aqueles que podem se envolver na ação.

No terceiro bloco, descrevemos o que descobrimos através das agendas, pesquisas e conversas com diversos atores públicos e a comunidade.

No quarto bloco, temos uma estimativa de custo, em escala de dinheiro “\$”, e o “Quem paga”, ou seja, as fontes de financiamento de recursos, o prazo de acordo com o tempo e formas de monitoramento da ação para acompanhar desde a sua proposta até a execução.

6.2 Espaço para anotações

Este caderno foi pensado como um material prático para você propor, incidir politicamente e monitorar as ações do território. Assim, também adicionamos um espaço para anotações gerais que pode ajudar a registrar pontos principais de cada ação, seja numa reunião comunitária, com o poder público ou articulando as ações no território.

6.3 Ata de reuniões

Outra possibilidade que criamos são as folhas “Ata de reunião”. Elas servem para você realizar anotações durante as agendas relacionadas ao Plano de Bairro. Assim como as fichas, elas estão divididas em quatro blocos, em que o primeiro chamamos de “Dados da agenda”, para você colocar as principais informações sobre local, data, horário, como também anotar as pessoas presentes na reunião.

Já no segundo bloco, adicionamos um espaço para os objetivos da reunião, onde você pode adicionar informações sobre o assunto ou a pauta da agenda, que pode ser sobre uma ação do Plano de Bairro ou algo relacionado a sua atuação no Jardim Pantanal.

No terceiro e quarto blocos, deixamos espaços para as principais anotações e encaminhamentos. Como principais anotações você pode descrever os pontos importantes que foram tratados durante a reunião e anotar os encaminhamentos propostos para serem entregues numa próxima agenda, por exemplo.



Bloco 1

Conheça a ação

O que é?

O que será feito e onde?

Por que será feito?



Bloco 2

Detalhamento da ação

Escala de prioridade:

PRIORITÁRIA

CURTO PRAZO

MÉDIO PRAZO

LONGO PRAZO

Quem executa?

Situação

Quem acompanha?

Quem pode se envolver?

Bloco 3

O que sabemos sobre?

Bloco 4

Quanto custa?

Quando será feito?

Quem paga?

Como acompanhar?



Conheça a ação

O que é?

P1. Abastecimento de água e saneamento

O que será feito e onde?

Programa Água Legal da Sabesp, que promove a regularização do saneamento básico fazendo a coleta de esgoto e o abastecimento de água.

Por que será feito?

Garantir acesso à água e saneamento para o bairro do Jardim Pantanal.



Detalhamento da ação

Escala de prioridade:

PRIORITÁRIA

CURTO PRAZO

MÉDIO PRAZO

LONGO PRAZO

Quem executa?

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

Quem acompanha?

Associação de Moradores e Representante do GT de Infraestrutura, Meio Ambiente e Reurb.

Situação

Finalizado.

Quem pode se envolver?

DAEE, Siurb, GT de Mobilidade e Espaços Públicos.

O que sabemos sobre?

As obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário foram finalizadas em dezembro de 2023, agora as equipes da Sabesp estão realizando reuniões para tirar dúvidas, solucionar possíveis problemas e passar orientações quanto ao uso e adaptação da nova rede de saneamento.

Quanto custa?



Quando será feito?



Quem paga?

Banco Mundial

Como acompanhar?

Participar e ajudar a divulgar os locais e horários de realização das reuniões públicas da Sabesp na comunidade, bem como os canais de comunicação.



Conheça a ação

O que é?

P2. Regularização fundiária

O que será feito e onde?

Entrega de títulos de propriedade para as famílias do Jardim Pantanal por meio de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais.

Por que será feito?

Garantir o direito à moradia para as famílias do Jardim Pantanal.



Detalhamento da ação

Escala de prioridade:

PRIORITÁRIA

CURTO PRAZO

MÉDIO PRAZO

LONGO PRAZO

Quem executa?

Secretaria Municipal de Habitação (Sehab) e Coordenadoria de Regularização Fundiária.

Quem acompanha?

Associação de Moradores, Representantes do GT de Infraestrutura, Meio Ambiente e Reurb.

Situação

Em andamento.

Quem pode se envolver?

Instituto Alana e GT de Habitação.

O que sabemos sobre?

O processo de regularização fundiária de parte do Jardim Pantanal já está em tramitação na prefeitura da Cidade de São Paulo e pode ser acompanhado por meio do Processo SEI nº 6014.2019.0005237-0. A prefeitura de São Paulo entregará títulos de regularização fundiária para 8 mil famílias que vivem no Jardim Pantanal, na Zona Leste da capital, a partir de 2024. Além das vistorias, foram feitos diversos estudos técnicos, o poder público notificou confrontantes e classificou o processo como Reurb-S.

Quanto custa?



Quando será feito?



Quem paga?

Prefeitura de São Paulo

Como acompanhar?

O processo pode ser acompanhado por meio do Processo SEI nº 6014.2019.0005237-0 apontando a sua câmera para o QR Code ao lado.





Conheça a ação

O que é?

P3. Nivelamento das ruas, pavimentação e microdrenagem

O que será feito e onde?

Nivelamento das ruas, pavimentação, calçamento de ruas e obras de microdrenagem.

Por que será feito?

Porque as ruas do Jardim Pantanal possuem má pavimentação ou ela é inexistente em muitas ruas do bairro.



Detalhamento da ação

Escala de prioridade:

PRIORITÁRIA

CURTO PRAZO

MÉDIO PRAZO

LONGO PRAZO

Quem executa?

Siurb, SP Urbanismo, Subprefeitura de São Miguel Paulista.

Quem acompanha?

Associação de Moradores e Representante do GT de Mobilidade e Espaços Públicos.

Situação

Em andamento.

Quem pode se envolver?

SPTrans, CET, SP Urbanismo, Subpref. de São Miguel Paulista, Siurb, GT de Mobilidade e Espaços Públicos, Ciclocidade e Pedale-se.

O que sabemos sobre?

A Siurb já foi designada (2023) para fazer o projeto de pavimentação (Processo SEI nº 7910.2022/0000621-0). A comunidade deve acompanhar o desenvolvimento do projeto, que pode ser subsidiado com aprofundamento da leitura comunitária sobre:

- identificação de hierarquia viária (considerando traçado existente, largura de via);
- identificação de modais por tipo de rua (ônibus, automóveis, bicicleta e pedestres);
- identificação das ruas comprometidas pelas enchentes (perfil topográfico).

A leitura comunitária também pode ajudar a definir o tipo de pavimentação e o melhor material.

Quanto custa?



Quando será feito?



Quem paga?

Prefeitura de São Paulo

Como acompanhar?

Diário Oficial - contratação SP Urbanismo para projeto de microdrenagem e Processos SEI nº 6022.2022/0004000-1 e 7910.2022/0000621-0.



Conheça a ação

O que é?

P4. Macrodrenagem

O que será feito e onde?

Projeto e execução de obras de drenagem em todo o território do Jardim Pantanal, onde será feita a construção de um pôlder e áreas de amortecimentos.

Por que será feito?

Reduzir os constantes alagamentos no Jardim Pantanal.



Detalhamento da ação

Escala de prioridade:

PRIORITÁRIA

CURTO PRAZO

MÉDIO PRAZO

LONGO PRAZO

Quem executa?

Siurb e SP Urbanismo.

Situação

Prevista.

Quem acompanha?

Associação de Moradores e Representantes do GT de Infraestrutura, Meio Ambiente e Reurb.

Quem pode se envolver?

Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

O que sabemos sobre?

Através do mapeamento das chuvas, que identificou as áreas de maiores alagamentos no Jardim Pantanal, as obras de drenagem devem garantir o melhor escoamento das águas no território. O Caderno de Drenagem que contempla o Jardim Pantanal deve sair no primeiro semestre de 2024. Enquanto isso, é importante acompanhar o projeto que está sendo desenvolvido pela Siurb, incidindo politicamente para que sejam feitas as mudanças de acordo com as necessidades da comunidade.

Quanto custa?



Quando será feito?



Quem paga?

Prefeitura de São Paulo

Como acompanhar?

Acompanhar o lançamento do Caderno de Drenagem Água Vermelha/Lageado para saber as intervenções que serão realizadas e incidir politicamente.



Conheça a ação

O que é?

P5. Desassoreamento do Rio Tietê

O que será feito e onde?

Será realizada uma série de intervenções no Rio Tietê bem como nos córregos que deságuam no rio, de forma que seja feita a manutenção e limpeza do rio.

Por que será feito?

Para limpeza e despoluição do Rio Tietê, através de várias intervenções integradas.



Detalhamento da ação

Escala de prioridade:

PRIORITÁRIA

CURTO PRAZO

MÉDIO PRAZO

LONGO PRAZO

Quem executa?

Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE).

Quem acompanha?

Associação de Moradores, Representante do GT de Infraestrutura, Meio Ambiente e Reurb.

Situação

Em andamento.

Quem pode se envolver?

GT de Infraestrutura, Meio Ambiente e Reurb.

O que sabemos sobre?

O projeto já está em fase de execução e precisa ser acompanhado para que seja feito o desassoreamento na altura do Jardim Pantanal.

Quanto custa?



Quando será feito?



Quem paga?

DAEE

Como acompanhar?

Através do portal do DAEE você pode acompanhar as últimas notícias apontando sua câmera para o QR Code ao lado.





Conheça a ação

O que é?

C1. Implantação da rede cicloviária

O que será feito e onde?

Criação de malha cicloviária no Jardim Pantanal para conectar a outras ciclovias e ciclofaixas do distrito de São Miguel Paulista.

Por que será feito?

Melhorar a segurança e o deslocamento de bicicleta dentro do Jardim Pantanal.



Detalhamento da ação

Escala de prioridade:

PRIORITÁRIA

CURTO PRAZO

MÉDIO PRAZO

LONGO PRAZO

Quem executa?

Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) e São Paulo Transportes (SPTrans).

Quem acompanha?

Associação de Moradores e Representante do GT de Mobilidade e Espaços Públicos.

Situação

Em andamento.

Quem pode se envolver?

Governo: SP Trans, CET, SP Urbanismo;
Sociedade Civil: GT de Mobilidade e Espaços Públicos e GT de Educação.

O que sabemos sobre?

A partir do mapeamento de rota circulável no Jardim Pantanal, serão construídas ciclovias passando pelas ruas principais do bairro. Subir a proposta no Orçamento Cidadão de 2024; incidir politicamente para o desenvolvimento do projeto junto a CET; acompanhar o desenvolvimento do projeto e realização das obras.

Quanto custa?



Quando será feito?



Quem paga?

Prefeitura de São Paulo

Como acompanhar?

Você pode cobrar e monitorar junto aos órgãos responsáveis a implementação da ciclovia. Além de inserir uma proposta no Orçamento Cidadão de 2024 e mobilizar votos para dar destaque à proposta.



Conheça a ação

O que é?

C2. Ampliação da quantidade de paraciclos no bairro

O que será feito e onde?

Instalação de paraciclos nos principais pontos de grande circulação do Jardim Pantanal.

Por que será feito?

Para permitir que os ciclistas estacionem suas bicicletas no bairro.



Detalhamento da ação

Escala de prioridade:

PRIORITÁRIA

CURTO PRAZO

MÉDIO PRAZO

LONGO PRAZO

Quem executa?

Siurb e SP Urbanismo.

Situação

Finalizado.

Quem acompanha?

Associação de Moradores e Representante do GT de Mobilidade e Espaços Públicos.

Quem pode se envolver?

GT de Infraestrutura, Meio Ambiente e Reurb.

O que sabemos sobre?

O Jardim Pantanal é uma comunidade que faz uso frequente da bicicleta para se deslocar dentro e fora do bairro. Por isso, é importante que sejam ampliados os números de paraciclos no entorno do bairro para que os moradores tenham um local seguro para estacionar suas bicicletas.

Quanto custa?



Quando será feito?



Quem paga?

Prefeitura de São Paulo e comércio local

Como acompanhar?

Você pode cobrar e monitorar junto aos órgãos responsáveis a instalação de paraciclos. Além de inserir uma proposta no Orçamento Cidadão de 2025 e mobilizar votos para dar destaque à proposta.



Conheça a ação

O que é?

C3. Implatação de sinalização viária

O que será feito e onde?

Melhoramento e implantação de sinalização nas vias do Jardim Pantanal.

Por que será feito?

Para reduzir o número de acidentes de trânsito no entorno de escolas em ruas de grande circulação.



Detalhamento da ação

Escala de prioridade:

PRIORITÁRIA

CURTO PRAZO

MÉDIO PRAZO

LONGO PRAZO

Quem executa?

Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) e São Paulo Transportes (SP Trans).

Quem acompanha?

Associação de Moradores e Representante do GT de Mobilidade e Espaços Públicos.

Situação

Proposta.

Quem pode se envolver?

SP Trans, CET, SP Urbanismo, GT de Mobilidade e Espaços Públicos e GT de Educação.

O que sabemos sobre?

Subir a proposta no Orçamento Cidadão de 2024; incidir politicamente para o desenvolvimento do projeto junto a CET; acompanhar o desenvolvimento do projeto e realização das obras. Solicitar sinalização após início de obras de pavimentação.

Quanto custa?



Quando será feito?



Quem paga?

CET - PMSP

Como acompanhar?

Através do portal Participe Mais [[Orçamento cidadão \(prefeitura.sp.gov.br\)](https://www.prefeitura.sp.gov.br)] da prefeitura de São Paulo.



Conheça a ação

O que é?

C4. Ciclofaixa no Parque Jardim Helena

O que será feito e onde?

Criação de malha cicloviária no Jardim Pantanal para conectar a outras ciclovias e ciclofaixas do distrito de São Miguel Paulista.

Por que será feito?

Melhorar a segurança e o deslocamento de bicicleta dentro do Jardim Pantanal.



Detalhamento da ação

Escala de prioridade:

PRIORITÁRIA

CURTO PRAZO

MÉDIO PRAZO

LONGO PRAZO

Quem executa?

Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE).

Quem acompanha?

Associação de Moradores e Representante do GT de Mobilidade e Espaços Públicos.

Situação

Proposta.

Quem pode se envolver?

GT de Infraestrutura, Meio Ambiente e Reurb.

O que sabemos sobre?

Solicitar a demarcação da faixa de ciclismo no interior do parque, bem como a sinalização do passeio para melhor convívio entre pedestres e outros meios de mobilidade ativa.

Quanto custa?



Quando será feito?



Quem paga?

Governo do Estado de São Paulo

Como acompanhar?

Através do Conselho Gestor do Parque Jardim Helena.



Conheça a ação

O que é?

C5. Distribuição de energia elétrica para toda a comunidade

O que será feito e onde?

Ampliar a distribuição de energia elétrica no Jardim Pantanal ofertando também a tarifa social.

Por que será feito?

Para melhorar a infraestrutura elétrica do bairro e fornecer energia elétrica para os seus moradores.



Detalhamento da ação

Escala de prioridade:

PRIORITÁRIA

CURTO PRAZO

MÉDIO PRAZO

LONGO PRAZO

Quem executa?

Enel São Paulo.

Situação

Proposta.

Quem acompanha?

Associação de Moradores e Representantes do GT de Infraestrutura, Meio Ambiente e Reurb.

Quem pode se envolver?

GT de Infraestrutura, Meio Ambiente e Reurb.

O que sabemos sobre?

A distribuição de energia elétrica no Jardim Pantanal não é atendida em sua totalidade, sendo necessária a ampliação de sua distribuição, bem como a instituição da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) no bairro, que é um benefício do governo federal para famílias em situação de vulnerabilidade social.

Quanto custa?



Quando será feito?



Quem paga?

Enel São Paulo

Como acompanhar?

Solicitar junto a Enel a ampliação da rede de energia elétrica e também solicitar junto ao CRAS mais próximo a inserção da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE).



Conheça a ação

O que é?

M1. Ampliação das rotas de ônibus

O que será feito e onde?

Extensão de rota de ônibus para passar em mais pontos dentro do Jardim Pantanal, em ruas com tráfego moderado e utilizando as ruas estruturais.

Por que será feito?

Melhorar o acesso ao transporte público dentro do Jardim Pantanal.



Detalhamento da ação

Escala de prioridade:

PRIORITÁRIA

CURTO PRAZO

MÉDIO PRAZO

LONGO PRAZO

Quem executa?

Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) e São Paulo Transportes (SPTrans).

Quem acompanha?

Associação de Moradores e Representantes do GT de Mobilidade e Espaços Públicos.

Situação

Proposta.

Quem pode se envolver?

GT de Infraestrutura, Meio Ambiente e Reurb.

O que sabemos sobre?

No início de 2023 o Instituto Alana fez um documento reunindo alguns pedidos com base no que foi levantado durante as oficinas com a comunidade no Plano de Bairro (Processo SEI n.º 6022.2023/0001900-4). Até o momento da elaboração deste caderno, a São Paulo Transportes S/A (SPTrans) e a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) se manifestaram com relação aos pedidos dizendo que poderão avaliar novamente quando tiverem melhorias de infraestrutura, microdrenagem e pavimentação, que já estão sendo projetadas via Siurb e SP Urbanismo (SPUrb).

Quanto custa?



Quando será feito?



Quem paga?

CET - PMSP

Como acompanhar?

Acompanhar através da consulta de Processos SEI (nº 6022.2023/0001900-4). Você pode apontar a câmera do seu celular para o QR Code ao lado e acessar o portal de consulta.





Conheça a ação

O que é?

M2. Disponibilização de bicicletários

O que será feito e onde?

Construção de espaços com bicicletários para armazenamento de bicicletas na comunidade. Foi solicitada a construção dentro do Parque Jardim Helena.

Por que será feito?

Para o armazenamento de bicicletas no interior da comunidade, facilitando o deslocamento ciclovitário nas proximidades do bairro.



Detalhamento da ação

Escala de prioridade:

PRIORITÁRIA

CURTO PRAZO

MÉDIO PRAZO

LONGO PRAZO

Quem executa?

DAEE (Parque Jardim Helena) e prefeitura de São Paulo (Escolas).

Quem acompanha?

Associação de Moradores e Representantes do GT de Mobilidade e Espaços Públicos.

Situação

Proposta.

Quem pode se envolver?

GT de Mobilidade e Espaços Públicos, Ciclocidade e Pedale-se.

O que sabemos sobre?

Subir a proposta no Orçamento Cidadão de 2024, incidir politicamente para o desenvolvimento do projeto junto ao DAEE e à gestão administrativa do parque; acompanhar o desenvolvimento do projeto e realização das obras.

Quanto custa?



Quando será feito?



Quem paga?

Governo do Estado de São Paulo e CET - PMSP

Como acompanhar?

Através do Conselho Gestor do Parque Jardim Helena.



Conheça a ação

O que é?

M3. Estacionamento comunitário

O que será feito e onde?

Construção de um espaço para estacionamento de carros de moradores da comunidade.

Por que será feito?

Devido à falta de espaço no interior da comunidade, os veículos são deixados nas ruas e calçadas, congestionando as vias.



Detalhamento da ação

Escala de prioridade:

PRIORITÁRIA

CURTO PRAZO

MÉDIO PRAZO

LONGO PRAZO

Quem executa?

Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) e São Paulo Transportes (SPTrans).

Quem acompanha?

Associação de Moradores e Representantes do GT de Mobilidade e Espaços Públicos.

Situação

Proposta.

Quem pode se envolver?

SPTrans, CET, SP Urbanismo, GT de Mobilidade e Espaços Públicos e GT de Educação.

O que sabemos sobre?

Subir a proposta no Orçamento Cidadão de 2024; incidir politicamente para o desenvolvimento do projeto junto à CET e acompanhar o desenvolvimento do projeto e a realização das obras.

Quanto custa?



Quando será feito?



Quem paga?

Prefeitura de São Paulo

Como acompanhar?

Através do portal Participe Mais [Orçamento cidadão (prefeitura.sp.gov.br)] da prefeitura de São Paulo.



Conheça a ação

O que é?

M4. Espaços de brincar

O que será feito e onde?

Utilização de espaços residuais dentro do bairro para criação de espaços de estar e de brincar.

Por que será feito?

Para permitir que crianças, mães e idosos possam desfrutar de espaços de convivência dentro do território.



Detalhamento da ação

Escala de prioridade:

PRIORITÁRIA

CURTO PRAZO

MÉDIO PRAZO

LONGO PRAZO

Quem executa?

Smul, SP Urbanismo e subprefeitura.

Situação

Proposta.

Quem acompanha?

Associação de Moradores e Representantes do GT de Infraestrutura, Meio Ambiente e Reurb.

Quem pode se envolver?

GT de Mobilidade e Espaços Públicos, GT de Infraestrutura, Meio Ambiente e Reurb e GT de Educação.

O que sabemos sobre?

Os espaços ociosos no território serão revitalizados a fim de se tornarem espaços de convivência para crianças, mães e idosos. Embora o Programa de Urbanismo Social vise revitalizar os eixos próximos às escolas, ele pode ser feito em todo o território, mediante a incidência política junto à subprefeitura.

Quanto custa?



Quando será feito?



Quem paga?

Prefeitura de São Paulo

Como acompanhar?

Você pode cobrar e monitorar junto aos órgãos responsáveis a criação de espaços de brincar na comunidade, além de inserir uma proposta no Orçamento Cidadão de 2024 e mobilizar votos para dar destaque à proposta.



Conheça a ação

O que é?

M5. Percurso seguro até as escolas

O que será feito e onde?

Criação e sinalização de rotas seguras para mães, crianças, idosos e pessoas com deficiência.

Por que será feito?

Possibilitar o deslocamento em segurança no território a fim de evitar acidentes de trânsito.



Detalhamento da ação

Escala de prioridade:

PRIORITÁRIA

CURTO PRAZO

MÉDIO PRAZO

LONGO PRAZO

Quem executa?

Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) e São Paulo Transportes (SPTrans).

Quem acompanha?

Associação de Moradores e Representantes do GT de Mobilidade e Espaços Públicos.

Situação

Proposta.

Quem pode se envolver?

SP Trans, CET, SP Urbanismo, GT de Mobilidade e Espaços Públicos e GT de Educação.

O que sabemos sobre?

A partir do mapeamento das rotas mais utilizadas pelos moradores para se deslocarem nos principais pontos do território, serão feitas intervenções de sinalização para redução de velocidade de automóveis e melhoria do deslocamento de pedestres.

Há uma metodologia de elaboração de projeto de rotas seguras pela CET. É possível articular com o Programa de Urbanismo Social da prefeitura de São Paulo.

Quanto custa?



Quando será feito?



Quem paga?

Prefeitura de São Paulo, BID e WRI

Como acompanhar?

Você pode cobrar e monitorar junto aos órgãos responsáveis a sinalização de um percurso seguro até as escolas, além de inserir uma proposta no Orçamento Cidadão de 2024 e mobilizar votos para dar destaque à proposta.



Conheça a ação

O que é?

M6. Melhoria habitacional e ambiental

O que será feito e onde?

Melhoria das moradias existentes no Jardim Pantanal.

Por que será feito?

Promover a melhoria interna e externa de domicílios em situação de inadequação habitacional.



Detalhamento da ação

Escala de prioridade:

PRIORITÁRIA

CURTO PRAZO

MÉDIO PRAZO

LONGO PRAZO

Quem executa?

Secretaria de Habitação (Sehab) e Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU).

Quem acompanha?

GT de Infraestrutura, Meio Ambiente e Reurbanização.

Situação

Proposta.

Quem pode se envolver?

Associação de Moradores e Representante do GT de Infraestrutura, Meio Ambiente e Reurbanização.

O que sabemos sobre?

O projeto pode ser realizado através de uma solicitação à CDHU, com o Programa Viver Melhor, que visa à promoção de melhorias e adequações em unidades habitacionais já construídas em assentamentos e núcleos urbanos do Estado de São Paulo, acompanhadas de serviços de assistência técnica e de conservação viária.

Quanto custa?



Quando será feito?



Quem paga?

CDHU

Como acompanhar?

Você pode cobrar e monitorar junto aos órgãos responsáveis o desenvolvimento de um Programa de Melhoria Habitacional para o Jardim Pantanal e monitorar sua implementação.



Conheça a ação

O que é?

L1. Requalificação da orla fluvial e sistema de transporte hidroviário

O que será feito e onde?

Construção de orla fluvial e sistema de transporte hidroviário ao longo do Rio Tietê.

Por que será feito?

Está prevista a construção de um sistema de transporte coletivo hidroviário, que pode ser estendido até o Jardim Helena, para melhorar a acessibilidade no bairro.



Detalhamento da ação

Escala de prioridade:

PRIORITÁRIA

CURTO PRAZO

MÉDIO PRAZO

LONGO PRAZO

Quem executa?

Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE).

Quem acompanha?

GT de Infraestrutura, Meio Ambiente e Reurb.

Situação

Proposta.

Quem pode se envolver?

Associação de Moradores e Representante do GT de Infraestrutura, Meio Ambiente e Reurb.

O que sabemos sobre?

Já estão previstas as intervenções do Programa Integra Tietê, o que pode ser um bom motivo para solicitar à prefeitura e Governo do Estado um projeto de melhoria e requalificação da orla fluvial no Jardim Pantanal, bem como a implementação de um sistema aquaviário, ampliando a mobilidade no distrito do Jardim Helena e fomentando o turismo de base comunitária.

Quanto custa?



Quando será feito?



Quem paga?

DAEE, Banco Mundial e BID

Como acompanhar?

Você pode monitorar o andamento do Programa Integra Tietê junto ao DAEE.



Conheça a ação

O que é?

L2. Despoluição do Rio Tietê

O que será feito e onde?

Ampliação da rede de saneamento básico, desassoreamento, monitoramento da qualidade da água, entre outras medidas.

Por que será feito?

Está prevista a construção de um sistema de transporte coletivo hidroviário, que irá melhorar a acessibilidade no distrito do Jardim Helena.



Detalhamento da ação

Escala de prioridade:

PRIORITÁRIA

CURTO PRAZO

MÉDIO PRAZO

LONGO PRAZO

Quem executa?

Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE).

Quem acompanha?

GT de Infraestrutura, Meio Ambiente e Reurb.

Situação

Em andamento.

Quem pode se envolver?

Associação de Moradores e Representantes do GT de Infraestrutura, Meio Ambiente e Reurb.

O que sabemos sobre?

A partir do Programa Integra Tietê, serão feitas diversas intervenções na extensão do Rio Tietê para o desassoreamento e despoluição do rio.

Quanto custa?



Quando será feito?



Quem paga?

DAEE e BID

Como acompanhar?

Você pode monitorar o andamento do Programa Integra Tietê junto ao DAEE.



Conheça a ação

O que é?

O que será feito e onde?

Por que será feito?



Detalhamento da ação

Escala de prioridade:

PRIORITÁRIA

CURTO PRAZO

MÉDIO PRAZO

LONGO PRAZO

Quem executa?

Situação

Quem acompanha?

Quem pode se envolver?

O que sabemos sobre?

Quanto custa?

Quando será feito?

Quem paga?

Como acompanhar?



Conheça a ação

O que é?

O que será feito e onde?

Por que será feito?



Detalhamento da ação

Escala de prioridade:

PRIORITÁRIA

CURTO PRAZO

MÉDIO PRAZO

LONGO PRAZO

Quem executa?

Situação

Quem acompanha?

Quem pode se envolver?

O que sabemos sobre?

Quanto custa?

Quando será feito?

Quem paga?

Como acompanhar?



Conheça a ação

O que é?

O que será feito e onde?

Por que será feito?



Detalhamento da ação

Escala de prioridade:

PRIORITÁRIA

CURTO PRAZO

MÉDIO PRAZO

LONGO PRAZO

Quem executa?

Situação

Quem acompanha?

Quem pode se envolver?

O que sabemos sobre?

Quanto custa?

Quando será feito?

Quem paga?

Como acompanhar?



Conheça a ação

O que é?

O que será feito e onde?

Por que será feito?



Detalhamento da ação

Escala de prioridade:

PRIORITÁRIA

CURTO PRAZO

MÉDIO PRAZO

LONGO PRAZO

Quem executa?

Situação

Quem acompanha?

Quem pode se envolver?

O que sabemos sobre?

Quanto custa?

Quando será feito?

Quem paga?

Como acompanhar?



Conheça a ação

O que é?

O que será feito e onde?

Por que será feito?



Detalhamento da ação

Escala de prioridade:

PRIORITÁRIA

CURTO PRAZO

MÉDIO PRAZO

LONGO PRAZO

Quem executa?

Situação

Quem acompanha?

Quem pode se envolver?

O que sabemos sobre?

Quanto custa?

Quando será feito?

Quem paga?

Como acompanhar?



Dados da agenda

Local: _____

Data: ____/____/____ Hora: ____:____

Assunto da reunião: _____

Presentes na reunião:

Objetivos:

Principais anotações:

Encaminhamentos:



Dados da agenda

Local: _____

Data: ____/____/____ Hora: ____:____

Assunto da reunião: _____

Presentes na reunião:

Objetivos:

Principais anotações:

Encaminhamentos:



Dados da agenda

Local: _____

Data: ____/____/____ Hora: ____:____

Assunto da reunião: _____

Presentes na reunião:

Objetivos:

Principais anotações:

Encaminhamentos:



Dados da agenda

Local: _____

Data: ____/____/____ Hora: ____:____

Assunto da reunião: _____

Presentes na reunião:

Objetivos:

Principais anotações:

Encaminhamentos:



Dados da agenda

Local: _____

Data: ____/____/____ Hora: ____:____

Assunto da reunião: _____

Presentes na reunião:

Objetivos:

Principais anotações:

Encaminhamentos:



Dados da agenda

Local: _____

Data: ____/____/____ Hora: ____:____

Assunto da reunião: _____

Presentes na reunião:

Objetivos:

Principais anotações:

Encaminhamentos:



REALIZAÇÃO:



instituto de arquitetos
do brasil - departamento
de são paulo



URBANIZAR

